

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Advogado - questão 4	<p>Questão: Joana ajuizou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente contra o Estado, requerendo o fornecimento de medicamentos oncológicos urgentes, essenciais para a preservação de sua vida. O juiz, reconhecendo a probabilidade do direito, o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo, caso a satisfação do pedido fosse concedida ao final do processo, deferiu a tutela antecipada antecedente Neste contexto, com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa CORRETA.</p> <p>(A) Após o deferimento da tutela, Joana terá o prazo de 30 dias para aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final. (B) Se Joana não realizar o aditamento da inicial no prazo previsto, o processo será extinto com julgamento de mérito. (C) A tutela antecipada estabilizada não poderá ser revista pelas partes. (D) A tutela antecipada, concedida em caráter antecedente à Joana, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.</p> <p>Recurso: A QUESTÃO Nº 04 APRESENTA COMO CORRETA A ALTERNATIVA D, AFIRMANDO QUE "A TUTELA ANTECIPADA, CONCEDIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE À JOANA, TORNA-SE ESTÁVEL SE DA DECISÃO QUE A CONCEDER NÃO FOR INTERPOSTO O RESPECTIVO RECURSO". CONTUDO, CUMPRE ESCLARECER QUE A ESTABILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE, PREVISTA NO ART. 304 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SOMENTE OCORRE QUANDO NÃO HOUVER INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR PARTE DO RÉU. ENTRETANTO, A QUESTÃO NÃO ESPECIFICA CLARAMENTE SE A AUSÊNCIA DE RECURSO MENCIONADA SE REFERE AO AUTOR OU AO RÉU, O QUE GERA AMBIGUIDADE INTERPRETATIVA. ALÉM DISSO, OBSERVA-SE QUE A ALTERNATIVA A AFIRMA QUE APÓS O DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECEDENTE, JOANA TERIA O PRAZO DE 30 DIAS PARA ADITAR A PETIÇÃO INICIAL, PORÉM O PRAZO PREVISTO EXPRESSAMENTE NO ART. 303, §1º, INCISO I, DO CPC, NÃO É TAXATIVO, POIS NA PARTE FINAL O REFERIDO INCISO PREVÊ "EM 15 (QUINZE) DIAS OU EM OUTRO PRAZO MAIOR QUE O JUIZ FIXAR". COMO A QUESTÃO NÃO FAZ NENHUMA RESSALVA, A REFERIDA ALTERNATIVA ESTARIA CORRETA. DESTA FORMA, DIANTE DA IMPRECISÃO E DA AMBIGUIDADE APRESENTADA NAS ALTERNATIVAS, É RAZOÁVEL QUESTIONAR A VALIDADE DA FORMULAÇÃO DA QUESTÃO, POIS NÃO OFERECE CLAREZA SUFICIENTE PARA QUE O CANDIDATO IDENTIFIQUE INEQUIVOCAMENTE A ALTERNATIVA CORRETA. PEDIDO: DIANTE DO EXPOSTO, REQUER-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO Nº 04 OU, SUBSIDIARIAMENTE, A REVISÃO DO GABARITO PRELIMINAR APRESENTADO, A FIM DE PRESERVAR A SEGURANÇA JURÍDICA E A LISURA DO CERTAME.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A alegação de ambiguidade interpretativa na alternativa que afirma que: "**A tutela antecipada, concedida em caráter antecedente à Joana, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso**", não procede e deve ser integralmente refutada.

O próprio enunciado da questão esclarece que o pedido formulado por Joana foi INTEGRALMENTE DEFERIDO PELO MAGISTRADO, o que elimina a possibilidade de recurso da autora. Vejamos:

"O juiz, **RECONHECENDO A PROBABILIDADE DO DIREITO, O PERIGO DE DANO E O RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO**, caso a satisfação do pedido fosse concedida ao final do processo, **DEFERIU A TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE.**"

O verbo "deferiu", utilizado no enunciado, confirma que o pedido de tutela antecipada formulado por Joana foi **totalmente acolhido**, sem qualquer restrição ou ressalva. Se houvesse deferimento parcial ou indeferimento, essa circunstância teria sido expressamente mencionada no enunciado. Dessa forma, JOANA, NA CONDIÇÃO DE AUTORA, NÃO POSSUI INTERESSE RECURSAL, uma vez que não há gravame a ser impugnado. Assim, eventual interposição de recurso somente poderia partir do Estado (réu), que foi a parte sucumbente na decisão.

A interpretação sistemática e literal do dispositivo legal, aliada ao conteúdo do enunciado, demonstra que a ausência de recurso prevista no caput do art. 304 é **referente ao réu**, pois este é o destinatário da decisão concessiva. Se o réu (Estado) não recorrer, a tutela concedida torna-se estável. Não há qualquer ambiguidade: o **autor (Joana)** não teria interesse recursal por ter obtido decisão integralmente favorável.

Quanto à **alternativa** que sustenta que Joana teria prazo de 30 dias para aditar a petição inicial, o argumento é equivocado. O artigo 303, §1º, I, do CPC, estabelece:

§ 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo:
I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, **em 15 (quinze) dias** ou em outro prazo maior que o juiz fixar;

A previsão de "*prazo maior que o juiz fixar*" não cria, por si só, a possibilidade de 30 dias – exige que o juiz, na decisão concessiva da tutela, **FIXE EXPRESSAMENTE UM PRAZO SUPERIOR**, o que o ENUNCIADO NÃO MENCIONA. Sem essa fixação, a regra é de 15 dias, tornando a alternativa incorreta.

Deve-se ressaltar que, na resolução de questões objetivas, é imprescindível a observância rigorosa dos elementos informativos do enunciado e da literalidade das normas jurídicas pertinentes. Interpretar que o prazo seria de 30 dias, sem que haja no enunciado qualquer referência a uma decisão judicial que determine a dilação do prazo, implica desconsiderar tanto o disposto no artigo 303, §1º, I, do CPC, quanto a metodologia adequada de resolução da questão, que exige fidelidade aos dados fornecidos e à legislação expressa.

Por todos esses motivos, resta evidente que a alternativa "**A tutela antecipada,**

concedida em caráter antecedente à Joana, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso” está correta e em absoluta consonância com a legislação aplicável e com o próprio enunciado da questão.

Assim, a questão não apresenta qualquer vício, ambiguidade ou imprecisão que possa comprometer a sua validade.

Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.

**Advogado -
questão 4**

Questão:

Joana ajuizou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente contra o Estado, requerendo o fornecimento de medicamentos oncológicos urgentes, essenciais para a preservação de sua vida. O juiz, reconhecendo a probabilidade do direito, o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo, caso a satisfação do pedido fosse concedida ao final do processo, deferiu a tutela antecipada antecedente

Neste contexto, com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Após o deferimento da tutela, Joana terá o prazo de 30 dias para aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final.

(B) Se Joana não realizar o aditamento da inicial no prazo previsto, o processo será extinto com julgamento de mérito.

(C) A tutela antecipada estabilizada não poderá ser revista pelas partes.

(D) A tutela antecipada, concedida em caráter antecedente à Joana, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

Recurso:

QUESTÃO 04

JOANA AJUIZOU PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE CONTRA O ESTADO, REQUERENDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ONCOLÓGICOS URGENTES, ESSENCIAIS PARA A PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA. O JUIZ, RECONHECENDO A PROBABILIDADE DO DIREITO, O PERIGO DE DANO E O RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO, CASO A SATISFAÇÃO DO PEDIDO FOSSE CONCEDIDA AO FINAL DO PROCESSO, DEFERIU A TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE NESTE CONTEXTO, COM BASE NAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOBRE A TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

(A) APÓS O DEFERIMENTO DA TUTELA, JOANA TERÁ O PRAZO DE 30 DIAS PARA ADITAR A PETIÇÃO INICIAL, COM A COMPLEMENTAÇÃO DE SUA ARGUMENTAÇÃO, A JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS E A CONFIRMAÇÃO DO PEDIDO DE TUTELA FINAL.

(B) SE JOANA NÃO REALIZAR O ADITAMENTO DA INICIAL NO PRAZO PREVISTO, O PROCESSO SERÁ EXTINTO COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

(C) A TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA NÃO PODERÁ SER REVISTA PELAS PARTES.

(D) A TUTELA ANTECIPADA, CONCEDIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE À JOANA, TORNA-SE ESTÁVEL SE DA DECISÃO QUE A CONCEDER NÃO FOR INTERPOSTO O RESPECTIVO RECURSO

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

NOS TERMOS DO ART. 303, §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, AO SE TRATAR DE TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, DISPÕE A LEGISLAÇÃO QUE:

"CONCEDIDA A TUTELA ANTECIPADA, O AUTOR DEVERÁ ADITAR A PETIÇÃO INICIAL COM A COMPLEMENTAÇÃO DE SUA ARGUMENTAÇÃO, A JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS E A CONFIRMAÇÃO DO PEDIDO DE

TUTELA FINAL EM 15 (QUINZE) DIAS OU EM OUTRO PRAZO MAIOR QUE O JUIZ FIXAR."

DESSA FORMA, EMBORA O PRAZO REGRA SEJA DE 15 DIAS, O PRÓPRIO DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZA, EXPRESSAMENTE, QUE O JUIZ FIXE PRAZO DIVERSO, MAIOR, CONFORME O CASO CONCRETO. ASSIM, O PRAZO DE 30 DIAS É PERFEITAMENTE COMPATÍVEL COM O QUE DISPÕE O ARTIGO, DESDE QUE SEJA CONCEDIDO POR DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA.

LOGO, AFIRMAR QUE JOANA TERÁ O PRAZO DE 30 DIAS NÃO CONFIGURA ERRO JURÍDICO, SE CONSIDERADO QUE A QUESTÃO NÃO ESPECIFICA QUE SE TRATA DO PRAZO LEGAL PADRÃO, TAMPOUCO AFIRMA QUE O PRAZO SERIA CONCEDIDO DE FORMA AUTOMÁTICA. A REDAÇÃO APENAS APONTA UM PRAZO POSSÍVEL, SEM CONTRARIAR O TEXTO DO ART. 303, §1º, CPC, O QUAL PERMITE QUE O JUIZ FIXE OUTRO PRAZO, SENDO O DE 30 DIAS UM EXEMPLO LEGÍTIMO E ADMISSÍVEL.

CONCLUSÃO:

A ALTERNATIVA APRESENTADA, EMBORA NÃO MENCIONE EXPRESSAMENTE A REGRA GERAL DOS 15 DIAS, NÃO É TECNICAMENTE INCORRETA, POIS O PRAZO CITADO É COMPATÍVEL COM A MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE ATRIBUÍDA AO MAGISTRADO PELA PRÓPRIA NORMA LEGAL

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

O recurso apresentado sustenta que a alternativa ***“Após o deferimento da tutela, Joana terá o prazo de 30 dias para aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final”*** não seria incorreta, pois, embora mencione o prazo de 30 dias para o aditamento da inicial, esse prazo seria possível nos termos do artigo 303, §1º, I, do CPC, já que o dispositivo prevê que o juiz pode fixar prazo superior a 15 dias.

Contudo, tal argumento não procede, especialmente quando se analisa o caso concreto apresentado no enunciado. O caso hipotético **NÃO FAZ QUALQUER REFERÊNCIA À FIXAÇÃO DE PRAZO DIVERSO PELO JUIZ**; limita-se a afirmar que a tutela antecipada foi deferida. Significa que, sem a menção expressa de dilação do prazo, deve prevalecer a regra: prazo de 15 dias, conforme disposto no art. 303, §1º, I, do CPC. A alternativa em comento apresenta de forma categórica um prazo de 30 dias, sem indicar qualquer condição ou ressalva quanto à necessidade de decisão judicial específica para dilatar o prazo, razão pela qual se mostra incorreta.

Deve-se ressaltar que, na resolução de questões objetivas, é imprescindível a observância rigorosa dos elementos informativos do enunciado e da literalidade das normas jurídicas pertinentes. Interpretar que o prazo seria de 30 dias, sem que haja no enunciado qualquer referência a uma decisão judicial que determine a dilação do prazo, implica desconsiderar tanto o disposto no artigo 303, §1º, I, do CPC, quanto a metodologia adequada de resolução da questão, que exige fidelidade aos dados fornecidos e à legislação expressa.

Assim, a questão não apresenta qualquer vício, ambiguidade ou imprecisão que possa comprometer a sua validade.

Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.

**Advogado -
questão 4**

Questão:

Joana ajuizou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente contra o Estado, requerendo o fornecimento de medicamentos oncológicos urgentes, essenciais para a preservação de sua vida. O juiz, reconhecendo a probabilidade do direito, o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo, caso a satisfação do pedido fosse concedida ao final do processo, deferiu a tutela antecipada antecedente

Neste contexto, com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Após o deferimento da tutela, Joana terá o prazo de 30 dias para aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final.

(B) Se Joana não realizar o aditamento da inicial no prazo previsto, o processo será extinto com julgamento de mérito.

(C) A tutela antecipada estabilizada não poderá ser revista pelas partes.

(D) A tutela antecipada, concedida em caráter antecedente à Joana, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

Recurso:

RECURSO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO Nº 04

TEMA: TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: LETRA D

GABARITO CORRETO (SUGERIDO): LETRA A

I. DA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO

PREZADA BANCA EXAMINADORA,

BUCA-SE INTERPOR RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO Nº 04, REFERENTE À TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 303 E 304 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

O GABARITO PRELIMINAR INDICOU COMO CORRETA A ALTERNATIVA D, QUE DISPÕE:

?A TUTELA ANTECIPADA, CONCEDIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE À JOANA, TORNA-SE ESTÁVEL SE DA DECISÃO QUE A CONCEDER NÃO FOR INTERPOSTO O RESPECTIVO RECURSO.?

ENTRETANTO, TAL ASSERTIVA ESTÁ INCORRETA, POR INCOMPLETUDE TÉCNICA, UMA VEZ QUE OMITTE REQUISITO ESSENCIAL À ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA, CONFORME EXPRESSAMENTE PREVISTO NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL VIGENTE II. DA ANÁLISE TÉCNICA DA ALTERNATIVA D

NOS TERMOS DO ART. 304, CAPUT, C/C O ART. 303, §1º, AMBOS DO CPC/2015, A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE DEPENDE DE DOIS PRESSUPOSTOS CUMULATIVOS:

1. A NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELA PARTE RÉ CONTRA A DECISÃO CONCESSIVA DA TUTELA, E 2. A INÉRCIA DO AUTOR EM ADITAR A PETIÇÃO INICIAL NO PRAZO LEGAL.

NO CASO DA QUESTÃO, EMBORA SE AFIRME QUE A TUTELA FOI CONCEDIDA COM BASE NOS PRESSUPOSTOS LEGAIS, NÃO HÁ MENÇÃO DE QUE A AUTORA TENHA DEIXADO DE ADITAR A PETIÇÃO INICIAL, OU SEQUER QUE O PRAZO PARA TANTO TENHA TRANSCORRIDO. ASSIM, AFIRMAR QUE A TUTELA ?TORNA-SE ESTÁVEL? NOS TERMOS DA ALTERNATIVA D É INCORRETO, POIS PRESSUPÕE UMA ESTABILIZAÇÃO AUTOMÁTICA, DESCONSIDERANDO O COMPORTAMENTO DO AUTOR QUANTO AO ADITAMENTO, CONDIÇÃO IGUALMENTE NECESSÁRIA PARA A PRODUÇÃO DO EFEITO ESTABILIZADOR.

CONFORME LECIONA FREDIE DIDIER JR.:

?A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE NÃO É AUTOMÁTICA. ELA EXIGE A CONJUGAÇÃO DE DOIS FATORES: A AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E A INÉRCIA DO AUTOR EM ADITAR A PETIÇÃO INICIAL.? (CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL,

VOL. 2, 21ª ED.)

PORTANTO, POR IGNORAR ESSE SEGUNDO REQUISITO LEGAL, A ALTERNATIVA D APRESENTA VÍCIO SUBSTANCIAL E NÃO PODE SER CONSIDERADA CORRETA.

III. DA CORREÇÃO DA ALTERNATIVA A COMO RESPOSTA CORRETA

A ALTERNATIVA A, POR SUA VEZ, EXPRESSA CORRETAMENTE A SISTEMÁTICA LEGAL PREVISTA NO ART. 303, §1º, DO CPC, AO DISPOR:

“APÓS O DEFERIMENTO DA TUTELA, JOANA TERÁ O PRAZO DE 30 DIAS PARA ADITAR A PETIÇÃO INICIAL, COM A COMPLEMENTAÇÃO DE SUA ARGUMENTAÇÃO, A JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS E A CONFIRMAÇÃO DO PEDIDO DE TUTELA FINAL.”

EMBORA O PRAZO LEGAL SEJA DE 15 DIAS, A PRÓPRIA NORMA PROCESSUAL ADMITE QUE O JUIZ POSSA FIXAR PRAZO DIVERSO, INCLUSIVE SUPERIOR. ASSIM, O PRAZO DE 30 DIAS INDICADO NA ALTERNATIVA NÃO INVALIDA SEU CONTEÚDO, UMA VEZ QUE ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E SE COADUNA COM O CASO CONCRETO APRESENTADO NO ENUNCIADO.

ADEMAIS, A QUESTÃO EXIGIDA PELA BANCA RELACIONA-SE DIRETAMENTE AO CASO NARRADO E NÃO A UM PEDIDO OBJETIVO E ESPECÍFICO DE PRAZO.

DESSA FORMA, A ALTERNATIVA A É A ÚNICA ASSERTIVA PLENAMENTE COMPATÍVEL COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, E DEVE, POR CONSEQUENTE, SER RECONHECIDA COMO A RESPOSTA CORRETA DA QUESTÃO.

IV. DO PEDIDO

DIANTE DO EXPOSTO, REQUER-SE A ESTA BANCA EXAMINADORA QUE RECONSIDERE O GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO Nº 04, ATRIBUINDO COMO ALTERNATIVA CORRETA A LETRA A, EM CONFORMIDADE COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS MENCIONADOS E A MELHOR DOUTRINA PROCESSUAL CIVIL.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

Cumpra inicialmente destacar que a alternativa **“A tutela antecipada, concedida em caráter antecedente à Joana, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso”** está fundamentada no artigo 304 do CPC, que dispõe expressamente:

Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do [art. 303](#), torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

Tal dispositivo legal consagra, de maneira clara e objetiva, o requisito essencial para a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, qual seja: **A AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A DECISÃO CONCESSIVA DA TUTELA**. Essa previsão legal não é meramente formal, mas representa uma garantia processual que confere segurança jurídica, evitando que a tutela se encontre em estado de perpetua instabilidade, diante da interposição de recursos incessantes.

Da mesma forma, a irresignação fundamentada em interpretações doutrinárias acerca da estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente e seus requisitos deve ser igualmente afastada. O enunciado é claro ao estabelecer o Código de Processo Civil como única fonte normativa aplicável para a análise do caso concreto, não havendo qualquer indicação para o exame de conceitos doutrinários que extrapolem o texto legal. Dessa forma, a banca examinadora deve pautar seu julgamento exclusivamente na literalidade e

	<p>sistemática do CPC, conforme previsto no artigo 304, que dispõe expressamente que a tutela antecipada concedida nos termos do artigo 303 torna-se estável se não houver interposição de recurso contra a decisão concessiva.</p> <p>Assim, qualquer argumento que, apoiando-se em doutrina, exija requisitos adicionais ou interprete a estabilização da tutela de forma diversa do que está previsto expressamente na legislação, deve ser afastado, por não encontrar respaldo na norma legal e por não estar contemplado no cenário fático apresentado no enunciado da questão. A rigidez na observância do ordenamento legal e dos fatos postos é imperativa para garantir a segurança jurídica e a correta avaliação do conhecimento do candidato.</p> <p>O Requerente defende, ainda, que a alternativa “Após o deferimento da tutela, Joana terá o prazo de 30 dias para aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final” seria a única correta e, portanto, o gabarito preliminar deveria ser alterado. Todavia, essa argumentação não se sustenta à luz da legislação aplicável e do próprio enunciado da questão.</p> <p>O artigo 303, §1º, inciso I, do Código de Processo Civil dispõe que, após o deferimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor terá o prazo de 15 dias para aditar a petição inicial, com a complementação da argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final. Embora a norma preveja que o juiz possa, JUSTIFICADAMENTE, fixar um prazo diverso, ESSA FACULDADE ESTÁ CONDICIONADA À MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO JUÍZO NO CASO CONCRETO.</p> <p>O enunciado apresentado na questão, no entanto, é claro ao limitar-se a informar que a tutela antecipada foi deferida, sem mencionar qualquer decisão judicial que alterasse o prazo de 15 dias. Assim, a alternativa indicada pelo Requerente incorre em extrapolação indevida do caso concreto, ao estabelecer, de forma peremptória e sem ressalvas, o prazo de 30 dias, o que não encontra respaldo na legislação aplicável ao caso, tampouco no enunciado proposto.</p> <p>Deve-se ressaltar que, na resolução de questões objetivas, é imprescindível a observância rigorosa dos elementos informativos do enunciado e da literalidade das normas jurídicas pertinentes. Interpretar que o prazo seria de 30 dias, sem que haja no enunciado qualquer referência a uma decisão judicial que determine a dilação do prazo, implica desconsiderar tanto o disposto no artigo 303, §1º, I, do CPC, quanto a metodologia adequada de resolução da questão, que exige fidelidade aos dados fornecidos e à legislação expressa.</p> <p>Assim, a questão não apresenta qualquer vício, ambiguidade ou imprecisão que possa comprometer a sua validade.</p> <p>Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 8</p>	<p>Questão: Durante uma reforma em uma residência, foram observadas as seguintes situações: I.As portas antigas foram retiradas da edificação e estão passando por um processo de restauração para serem posteriormente recolocadas em seu lugar. II.Os azulejos retirados dos banheiros foram colados em uma caçamba de lixo e seguirão para descarte correto. III.As janelas novas, que substituirão as antigas, estão guardadas em um contêiner ao lado da casa. Com base no Código Civil, analise as afirmações e assinale a alternativa CORRETA. (A) I.As portas antigas são bens imóveis, pois sua retirada é provisória e serão</p>

reempregadas na edificação; II.Os azulejos descartados perdem o caráter de bens imóveis, passando a ser bens móveis; III.As janelas novas, enquanto não incorporadas à construção, são bens móveis.

(B) I.As portas antigas, uma vez retiradas da edificação, perdem o caráter de bens imóveis e passam a ser bens móveis; II.Os azulejos novos, mesmo antes de aplicados, já são bens imóveis; III.As janelas novas, enquanto não instaladas, são bens móveis.

(C) I.As portas antigas mantêm a natureza simultânea de bens imóveis e móveis; II.Os azulejos, enquanto aplicados nas paredes, são bens imóveis; [III.As](#) janelas, depois de instaladas, são consideradas bens móveis.

(D) I.As portas antigas, enquanto em processo de restauração, são classificadas como bens móveis, pois separadas do prédio; II.Os azulejos, enquanto não instalados, são classificados como bens móveis; III.As janelas novas, depois de instaladas, são bens imóveis.

Recurso:

A ALTERNATIVA CORRETA, COM BASE ESTRITA NO CÓDIGO CIVIL, É A LETRA D.

A BANCA QUE CONSIDEROU A LETRA A INCORREU EM ERRO CONCEITUAL AO IGNORAR A MUDANÇA DE NATUREZA JURÍDICA DO BEM QUANDO ESTE É REMOVIDO FISICAMENTE DO IMÓVEL, AINDA QUE TEMPORARIAMENTE.

FUNDAMENTO LEGAL ? CÓDIGO CIVIL ART. 79, CC:

"SÃO BENS IMÓVEIS O SOLO E TUDO QUANTO SE LHE INCORPORAR NATURAL OU ARTIFICIALMENTE."

ART. 80, CC:

"CONSIDERAM-SE IMÓVEIS PARA OS EFEITOS LEGAIS: [...]

II - OS MATERIAIS PROVISORIAMENTE SEPARADOS DE UM PRÉDIO, PARA NELE SE REEMPREGAREM."

ART. 82, CC:

"SÃO MÓVEIS OS BENS SUSCETÍVEIS DE MOVIMENTO PRÓPRIO, OU DE REMOÇÃO POR FORÇA ALHEIA, SEM ALTERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU DA DESTINAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL."

ANÁLISE DA ALTERNATIVA D (CORRETA):

ITEM I ? CORRETO:

?AS PORTAS ANTIGAS, ENQUANTO EM PROCESSO DE RESTAURAÇÃO, SÃO CLASSIFICADAS COMO BENS MÓVEIS, POIS SEPARADAS DO PRÉDIO.?

JUSTIFICATIVA:

A PORTA, AO SER RETIRADA FISICAMENTE DA EDIFICAÇÃO, PERDE SUA INCORPORAÇÃO AO IMÓVEL. EMBORA O ART. 80, II, DO CC, MENCIONE A POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA NATUREZA DE BEM IMÓVEL ?PARA OS EFEITOS LEGAIS?, ISSO SE APLICA EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS, COMO GARANTIA REAL OU USUCAPIÃO, NÃO PARA CLASSIFICAÇÃO ORDINÁRIA NA REFORMA. ASSIM, ENQUANTO SEPARADAS, SÃO TRATADAS COMO BENS MÓVEIS.

ITEM II ? CORRETO:

?OS AZULEJOS, ENQUANTO NÃO INSTALADOS, SÃO CLASSIFICADOS COMO BENS MÓVEIS.?

JUSTIFICATIVA:

AINDA NÃO INTEGRADOS À CONSTRUÇÃO, SÃO APENAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E, PORTANTO, BENS MÓVEIS. SOMENTE SE TORNAM IMÓVEIS QUANDO INCORPORADOS À EDIFICAÇÃO.

ITEM III ? CORRETO:

?AS JANELAS NOVAS, DEPOIS DE INSTALADAS, SÃO BENS IMÓVEIS.?

JUSTIFICATIVA:

UMA VEZ INCORPORADAS DE FORMA DEFINITIVA À CONSTRUÇÃO, TORNAM-SE PARTE INTEGRANTE DO IMÓVEL, NOS TERMOS DO ART. 79, CC.

CRÍTICA À ALTERNATIVA A (ERRADA):

ITEM I ? INCORRETO:

?AS PORTAS ANTIGAS SÃO BENS IMÓVEIS, POIS SUA RETIRADA É PROVISÓRIA E SERÃO REEMPREGADAS NA EDIFICAÇÃO.?

ERRO:

A REDAÇÃO INCORRE EM GENERALIZAÇÃO. A SIMPLES INTENÇÃO DE REEMPREGO FUTURO NÃO PRESERVA A NATUREZA DE BEM IMÓVEL, SE JÁ HOUE O DESTACAMENTO FÍSICO. O CÓDIGO CIVIL É CLARO: OS MATERIAIS PROVISORIAMENTE SEPARADOS PODEM SER CONSIDERADOS IMÓVEIS APENAS ?PARA EFEITOS LEGAIS?, NÃO PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO ORDINÁRIA, COMO NO CONTEXTO DA QUESTÃO.

ITEM II ? CORRETO.

(AZULEJOS DESCARTADOS PASSAM A SER BENS MÓVEIS).

ITEM III ? CORRETO.

(JANELAS NOVAS AINDA NÃO INCORPORADAS SÃO MÓVEIS).

PORTANTO, O ERRO DA LETRA A ESTÁ NO ITEM I, POIS CONFUNDE EXCEÇÃO NORMATIVA COM REGRA GERAL.

CONCLUSÃO:

A ALTERNATIVA D É A ÚNICA PLENAMENTE CORRETA À LUZ DA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS BENS CONFORME O CÓDIGO CIVIL, RESPEITANDO A DISTINÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO FÍSICA E INTENÇÃO DE REEMPREGO, QUE NÃO É SUFICIENTE PARA MANTER A NATUREZA DE BEM IMÓVEL NA ANÁLISE OBJETIVA.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

O recurso apresentado, que pretende alterar o gabarito preliminar da questão, não merece provimento, uma vez que interpreta de forma equivocada o dispositivo aplicável do Código Civil e desconsidera a literalidade do art. 81, II.

Conforme corretamente estabelecido na alternativa considerada gabarito preliminar, a retirada provisória das portas antigas não descaracteriza sua natureza de bens imóveis. O próprio Código Civil, em seu art. 81, II, dispõe de forma clara e categórica:

Art. 81. Não perdem o caráter de imóveis:

II - os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

No caso hipotético, está expressamente afirmado que AS PORTAS ANTIGAS FORAM RETIRADAS PARA RESTAURAÇÃO, COM O OBJETIVO DE SEREM RECOLOCADAS NO MESMO IMÓVEL. Esse, inclusive, é um dos clássicos exemplos utilizados pela doutrina para explicar a aplicação do referido artigo.

Ressalta-se, a retirada das portas é provisória, com intenção de reemprego, o que preenche perfeitamente a previsão do art. 81, II, garantindo a manutenção da natureza de bem imóvel, inclusive para a classificação ordinária. O dispositivo alcança a qualificação do bem em sentido amplo, compreendendo tanto a classificação jurídica ordinária quanto os efeitos legais especiais.

A interpretação do recorrente, ao invocar o art. 79 e art. 82 do CC isoladamente, ignora que a regra geral de que o solo e tudo que se lhe incorpora são imóveis (art. 79) admite exceções expressas no próprio Código Civil, como a do art. 81, que justamente trata da situação específica descrita no enunciado da questão. A alegação de que o reemprego futuro não preservaria a natureza do bem, por si só, contraria o texto literal da lei, que confere tal efeito justamente quando a separação é provisória e com intenção de reemprego no prédio de origem. Não cabe, portanto, introduzir limitações ao alcance normativo do art. 81 por meio de

	<p>interpretações restritivas.</p> <p>Por outro lado, a alternativa <i>“I.As portas antigas, enquanto em processo de restauração, são classificadas como bens móveis, pois separadas do prédio; II.Os azulejos, enquanto não instalados, são classificados como bens móveis; III.As janelas novas, depois de instaladas, são bens imóveis”</i> incorre em erro conceitual, pois DESCONSIDERA COMPLETAMENTE A EXCEÇÃO EXPRESSA do art. 81, II.</p> <p>Em conclusão, o gabarito preliminar deve ser mantido, por estar rigorosamente de acordo com a letra e a sistemática do Código Civil, sem qualquer vício conceitual ou técnico.</p> <p>Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 11</p>	<p>Questão:</p> <p>Carlos firmou contrato com Júlia, comprometendo-se a entregar, até 30 de junho, um notebook novo de última geração ou um smartphone topo de linha. Nada foi estipulado acerca de quem teria o direito de escolher entre as duas prestações. Próximo ao vencimento da obrigação, Carlos informou que o notebook havia sido perdido em um assalto, restando apenas o smartphone para entrega. Júlia, no entanto, exigiu o notebook, alegando ser o bem de seu interesse.</p> <p>Com base nas disposições do Código Civil sobre obrigações alternativas, assinale a alternativa CORRETA.</p> <p>(A) A perda do notebook implica a nulidade do contrato, por inviabilizar o cumprimento de uma das prestações convencionadas.</p> <p>(B) Carlos poderá se exonerar da obrigação entregando o smartphone, pois a escolha cabia a ele, já que não houve estipulação contratual em sentido diverso.</p> <p>(C) A obrigação está extinta em razão da impossibilidade de cumprimento integral, ainda que o smartphone permaneça disponível.</p> <p>(D) Júlia tem direito de exigir o notebook, por ser a credora na obrigação alternativa e, portanto, titular da escolha da prestação.</p> <p>Recurso:</p> <p>AMBIGUIDADE DO ENUNCIADO</p> <p>O ENUNCIADO APRESENTA VÍCIO DE AMBIGUIDADE RELEVANTE AO DESCRIVER A OBRIGAÇÃO ASSUMIDA POR CARLOS COMO SENDO A ENTREGA DE "UM NOTEBOOK NOVO DE ÚLTIMA GERAÇÃO OU UM SMARTPHONE TOPO DE LINHA", SEM ESCLARECER ELEMENTOS ESSENCIAIS À CORRETA APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.</p> <p>A PRINCIPAL AMBIGUIDADE RESIDE NA OMISSÃO QUANTO À TITULARIDADE DA ESCOLHA DA PRESTAÇÃO ? SE PERTENCERIA AO DEVEDOR (CARLOS) OU À CREDORA (JÚLIA). ESSA INFORMAÇÃO É INDISPENSÁVEL À APLICAÇÃO DOS ARTS. 252 A 256 DO CÓDIGO CIVIL, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AOS EFEITOS DA PERDA OU IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DE UMA DAS PRESTAÇÕES ANTES DA ESCOLHA.</p> <p>ALÉM DISSO, O ENUNCIADO NÃO ESCLARECE SE A ESCOLHA JÁ HAVIA SIDO EXERCIDA, NEM SE HOVE ACEITAÇÃO PRÉVIA TÁCITA OU EXPRESSA DE UMA DAS PRESTAÇÕES PELAS PARTES. SOMA-SE A ISSO A MENÇÃO DE QUE O BEM PRETENDIDO PELA CREDORA ERA O NOTEBOOK, O QUE PODE SUGERIR, MESMO QUE DE FORMA IMPLÍCITA, QUE HAVIA PREFERÊNCIA OU MANIFESTAÇÃO DE VONTADE QUE DEVERIA TER EFEITOS JURÍDICOS.</p> <p>ESSAS OMISSÕES COMPROMETEM A CLAREZA E PRECISÃO NECESSÁRIAS À FORMULAÇÃO DE UMA RESPOSTA INEQUÍVOCA, ADMITINDO MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES JURÍDICAS QUANTO À ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO (ALTERNATIVA SIMPLES OU VINCULADA A</p>

INTERESSE DA CREDORA), AO MOMENTO DA ESCOLHA E À RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO PARCIAL. DIANTE DISSO, O ENUNCIADO NÃO FORNECE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA A APLICAÇÃO SEGURA E OBJETIVA DA NORMA LEGAL, O QUE COMPROMETE A SEGURANÇA DA AVALIAÇÃO

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

Em que pese o alegado no recurso, a argumentação de ambiguidade do enunciado não se sustenta quando confrontada com o teor claro e objetivo do problema proposto, bem como com os dispositivos legais expressos do Código Civil.

O enunciado estabelece de forma inequívoca uma obrigação alternativa, consistente na entrega por Carlos de um notebook novo de última geração ou um smartphone topo de linha, sem estipulação expressa sobre a titularidade da escolha da prestação. Essa ausência, longe de gerar ambiguidade, remete à regra geral prevista no art. 252 do Código Civil, segundo o qual:

Art. 252. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

Ademais, o enunciado não contém qualquer indicação de que Júlia (credora) já tivesse manifestado preferência ou exercido a escolha por uma das prestações antes do vencimento do prazo contratual. A MENÇÃO AO INTERESSE DE JÚLIA PELO NOTEBOOK FOI POSTERIOR À COMUNICAÇÃO DA PERDA do bem pelo devedor e não constitui elemento jurídico apto a modificar a titularidade da escolha, que, como visto, pertence a Carlos.

Ainda, a alegação de que o enunciado seria omissis quanto à aceitação prévia ou tácita é improcedente. A estrutura do enunciado foi propositalmente objetiva e direta, permitindo a aplicação direta da norma legal. O silêncio contratual quanto à titularidade da escolha não gera insegurança jurídica, mas sim autoriza, de maneira inequívoca, a aplicação do regramento legal. Se houvesse estipulação em contrário, tal menção deveria constar do enunciado, o que não ocorreu.

Por fim, a eventual perda do notebook, sem culpa do devedor, não inviabiliza a obrigação, tampouco enseja sua extinção. Conforme o art. 256 do CC, remanescendo uma das prestações possíveis (no caso, o smartphone), o devedor poderá se desobrigar com o cumprimento desta.

Destaca-se, por oportuno, que não cabe ao candidato ampliar o enunciado com dados não fornecidos no caso hipotético, sendo indispensável a resolução da questão exclusivamente à luz do que foi expressamente informado no enunciado e da legislação aplicável, sem suposições ou interpretações extensivas que extrapolem o quadro fático descrito.

Portanto, não há qualquer ambiguidade no enunciado que comprometa a avaliação. O recurso confunde a intenção pedagógica de simplificação do problema proposto com omissão de dados essenciais. A alternativa correta permanece sendo a indicada como gabarito preliminar, pois reflete a aplicação técnica, objetiva e segura do regime jurídico das obrigações alternativas previsto no Código Civil.

Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.

**Advogado -
questão 13**

Questão:

Com base nas disposições da Lei no 12.016/2009, que regula o mandado de segurança no ordenamento jurídico brasileiro, e na Constituição Federal, analise as seguintes afirmativas sobre o mandado de segurança coletivo, e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, além de partido político com representação no Congresso Nacional.

() No Mandado de Segurança Coletivo poderá ser concedida liminar, suspendendo o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

() No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de julgamento:

(A) V, V, F.

(B) V, V, V.

(C) F, V, V.

(D) V, F, V.

Recurso:

A SEGUNDA AFIRMATIVA IGNORA QUE, EMBORA O ART. 7º, III DA LEI 12.016/2009 PERMITA, EM TESE, A EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO PARA LIMINAR, A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STF E STJ AFASTA ESSA EXIGÊNCIA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO, POR ENTENDER QUE IMPÕE RESTRIÇÃO DESPROPORCIONAL AO ACESSO À JUSTIÇA.

PORTANTO, A AFIRMATIVA É FALSA NO CONTEXTO ESPECÍFICO DO MS COLETIVO, O QUE ALTERA O GABARITO PARA A ALTERNATIVA D (V, F, V).

RE 573.232/SC ? REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA TESE FIXADA:

"A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO OU CAUÇÃO PRÉVIA PARA A CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PODE REPRESENTAR OBSTÁCULO INCONSTITUCIONAL AO ACESSO À JUSTIÇA, VIOLANDO O ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO."

? TRECHO RELEVANTE DO VOTO:

?A EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO, FIANÇA OU DEPÓSITO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PODE INVIABILIZAR O EXERCÍCIO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA, ESPECIALMENTE POR ASSOCIAÇÕES CIVIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.?

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

O presente recurso versa sobre a correta interpretação das disposições da Lei nº 12.016/2009, especialmente no que se refere ao mandado de segurança coletivo e à possibilidade de exigência de caução para a concessão de liminar.

A análise do tema deve ser pautada prioritariamente no texto legal, que expressamente prevê essa faculdade ao magistrado, sem prejuízo de considerar a jurisprudência pertinente. Dessa forma, impõe-se a reafirmação da necessidade de observância estrita da norma legal para a resolução da questão, com a devida ponderação dos princípios constitucionais envolvidos.

A alegação de que a exigência de caução, depósito ou fiança para a concessão de medida liminar em mandado de segurança coletivo violaria o direito de

acesso à justiça, conforme entendimentos jurisprudenciais, não se sustenta como fundamento suficiente para descaracterizar o disposto no artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009. Tal dispositivo concede ao juiz a faculdade de exigir contracautela como forma de garantir a efetividade da tutela jurisdicional, o que se mostra legítimo e compatível com o ordenamento.

Ademais, de acordo com o entendimento firmado na ADI 4296, a exigência de caução, depósito ou fiança está em conformidade com a Constituição Federal. Conforme destacou o Ministro Alexandre de Moraes:

“[...] a contracautela é mera faculdade do magistrado que viabiliza o exercício da jurisdição imediata, não havendo limitação ou restrição ao poder geral de cautela para a garantia do direito líquido e certo”. (Fonte:

<https://portal.stf.jus.br/noticias>).

Dessa forma, a manutenção da alternativa que considera verdadeira a possibilidade de exigência de caução, depósito ou fiança para a concessão de liminar em mandado de segurança coletivo está plenamente respaldada na legislação vigente e na jurisprudência constitucional.

Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.

**Advogado -
questão 13**

Questão:

Com base nas disposições da Lei no 12.016/2009, que regula o mandado de segurança no ordenamento jurídico brasileiro, e na Constituição Federal, analise as seguintes afirmativas sobre o mandado de segurança coletivo, e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, além de partido político com representação no Congresso Nacional.

() No Mandado de Segurança Coletivo poderá ser concedida liminar, suspendendo o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

() No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante. Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de julgamento:

(A) V, V, F.

(B) V, V, V.

(C) F, V, V.

(D) V, F, V.

Recurso:

VENHO, RESPEITOSAMENTE, APRESENTAR RECURSO EM FACE DO GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO Nº 13 DA PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE ADVOGADO, PUBLICADA NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2025.

DA QUESTÃO CONTESTADA:

A QUESTÃO Nº 13 VERSA SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO, COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI Nº 12.016/2009, EXIGINDO A IDENTIFICAÇÃO CORRETA DA SEQUÊNCIA DE PROPOSIÇÕES CLASSIFICADAS COMO VERDADEIRAS OU FALSAS. O GABARITO PRELIMINAR APONTA COMO CORRETA A ALTERNATIVA B, QUE CONSIDERA VERDADEIRAS TODAS AS TRÊS PROPOSIÇÕES.

DOS FUNDAMENTOS PARA REVISÃO:

1. OMISSÃO RELEVANTE NA AFIRMATIVA I

EMBORA ESTEJA PARCIALMENTE EM CONFORMIDADE COM O ART. 5º, INCISO LXX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM O ART. 21 DA LEI Nº 12.016/2009, A AFIRMATIVA I OMITE REQUISITO ESSENCIAL: A ASSOCIAÇÃO DEVE ESTAR LEGALMENTE CONSTITUÍDA HÁ PELO MENOS UM ANO E INCLUIR ENTRE SUAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS A DEFESA DOS INTERESSES QUE PRETENDE PROTEGER NO MANDADO DE SEGURANÇA. A AUSÊNCIA DESSE REQUISITO PODE INDUZIR O CANDIDATO AO ERRO, POIS A LEITURA LITERAL DA AFIRMATIVA DÁ A ENTENDER QUE O ÚNICO REQUISITO TEMPORAL BASTA, O QUE NÃO CORRESPONDE À INTEGRALIDADE DA NORMA.

2. REDAÇÃO INCOMPLETA E IMPRECISA

O ENUNCIADO NÃO DELIMITA COM CLAREZA SE ESTÁ CONSIDERANDO OS REQUISITOS PARA LEGITIMIDADE ATIVA, OU SE TAMBÉM ABRANGE O ALCANCE DA COISA JULGADA COLETIVA, O QUE COMPROMETE A SEGURANÇA JURÍDICA DA AVALIAÇÃO. A FORMULAÇÃO IMPRECISA COMPROMETE O ENTENDIMENTO TÉCNICO-JURÍDICO DA QUESTÃO.

3. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA EM CONCURSOS PÚBLICOS EM CONCURSOS JURÍDICOS, A LITERALIDADE DAS NORMAS DEVE SER OBSERVADA COM RIGOR. O ERRO POR OMISSÃO DE REQUISITO LEGAL ESSENCIAL DESRESPEITA A SEGURANÇA DO CANDIDATO E FERE O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, ALÉM DE COMPROMETER A LISURA DO CERTAME.

DO PEDIDO:

DIANTE DO EXPOSTO, REQUER-SE:

A ANULAÇÃO DA QUESTÃO Nº 13, POR APRESENTAR OMISSÃO DE REQUISITO LEGAL ESSENCIAL NA AFIRMATIVA CONSIDERADA CORRETA E POR SUA REDAÇÃO DEFICIENTE;

SUBSIDIARIAMENTE, CASO NÃO SEJA ACATADA A ANULAÇÃO, REQUER-SE A REVISÃO DO GABARITO, COM A POSSIBILIDADE DE REFORMULAÇÃO DA PONTUAÇÃO EM RAZÃO DA INCONSISTÊNCIA APONTADA.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A alegação central do recorrente reside na suposta omissão, na afirmativa I da questão, de requisito essencial previsto no artigo 5º, inciso LXX, da Constituição Federal e no artigo 21 da Lei nº 12.016/2009, qual seja, a necessidade de a associação possuir como uma de suas finalidades institucionais a defesa dos interesses tutelados no mandado de segurança. Contudo, esta alegação não se sustenta.

A redação da afirmativa I dispõe que ***“o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, além de partido político com representação no Congresso Nacional”***. Esta formulação é textual e plenamente aderente aos dispositivos constitucionais e legais mencionados. A expressão ***“em defesa dos interesses de seus membros ou associados”*** já denota, de forma inequívoca, a existência de afinidade entre os interesses defendidos e as finalidades institucionais da associação, sendo este um requisito lógico ao conceito jurídico de representatividade.

A interpretação do dispositivo legal não pode ser conduzida de maneira hiper literal e desprovida de razoabilidade, pois a exigência contida na Lei nº 12.016/2009 pressupõe a defesa dos interesses da categoria representada, o que foi claramente explicitado no enunciado. Pretender que a questão incorpore a literalidade integral do texto legal, incluindo todas as condições expressas e implícitas, representaria uma redundância desnecessária e incompatível com a

	<p>técnica de elaboração de questões de concurso público, notadamente em provas voltadas a candidatos da área jurídica, nos quais se pressupõe capacidade interpretativa e conhecimento normativo consolidado. A afirmativa I, portanto, não padece de qualquer omissão ou deficiência técnica que pudesse induzir o candidato a erro.</p> <p>No que tange à alegação de redação incompleta e imprecisa da questão, que, segundo o recorrente, não delimitaria com clareza se a análise incide apenas sobre os requisitos de legitimidade ativa ou se também abrange a coisa julgada coletiva, igualmente não há razão jurídica. A estrutura da questão foi cuidadosamente elaborada, apresentando três afirmativas independentes, cada qual abordando aspectos distintos do instituto do mandado de segurança coletivo – legitimidade ativa (afirmativa I), possibilidade de concessão de medida liminar (afirmativa II) e limites subjetivos da coisa julgada (afirmativa III). Esta organização lógica e técnica permite ao candidato avaliar cada proposição de forma autônoma, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 12.016/2009, sem qualquer confusão ou prejuízo ao correto julgamento. A redação está clara, precisa e isenta de ambiguidade, não havendo que se falar em violação ao princípio da legalidade estrita ou à vinculação ao edital, tampouco em comprometimento da segurança jurídica do certame.</p> <p>Por fim, a alegação de violação ao princípio da legalidade e da vinculação ao edital não se verifica, pois a questão em análise observa rigorosamente os preceitos normativos aplicáveis e adota uma formulação técnica compatível com o nível de complexidade e exigência do concurso para o cargo de advogado. Ressalta-se que a literalidade das normas deve ser interpretada em conjunto com o seu contexto e finalidade, de modo a evitar interpretações restritivas que ultrapassem a razoabilidade e desconsiderem a sistemática jurídica do tema.</p> <p>Assim, a questão não apresenta qualquer vício, ambiguidade ou imprecisão que possa comprometer a sua validade.</p> <p>Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 14</p>	<p>Questão: De acordo com o Código Civil, considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Nesse contexto, com relação à aquisição e aos efeitos da posse, analise as afirmativas abaixo:</p> <p>I. Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade. II. A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor. III. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. IV. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos. V. A posse do imóvel não presume, até prova em contrário, a posse das coisas móveis que nele estiverem.</p> <p>Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>(A) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras. (B) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras. (C) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras. (D) Apenas as afirmativas I, III, IV e V são verdadeiras.</p> <p>Recurso: REQUER-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU A ACEITAÇÃO DA ALTERNATIVA A COMO CORRETA, DIANTE DA AMBIGUIDADE TÉCNICA E DA FALTA DE PRECISÃO CONCEITUAL NA AFIRMATIVA II. A AUSÊNCIA DE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A NATUREZA DA POSSE</p>

(DIRETA, INDIRETA, COM OU SEM ANIMUS) PODE INDUZIR A INTERPRETAÇÕES DÚBIAS, FERINDO O PRINCÍPIO DA OBJETIVIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA NA AVALIAÇÃO.

AMBIGUIDADE E FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A AFIRMATIVA II NÃO ESCLARECE EM QUE CONTEXTO A POSSE NÃO SE TRANSMITE, DEIXANDO ESPAÇO PARA INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA POR PARTE DO CANDIDATO.

A AFIRMATIVA PODERIA SER CONSIDERADA VERDADEIRA SE INTERPRETADA NO CONTEXTO DE POSSE NÃO EXERCIDA OU PRECÁRIA, COMO NO CASO DE DETENTORES OU DE POSSE SEM ANIMUS DOMINI ? O QUE O EXAMINADOR NÃO DELIMITOU.

IMPRECISÃO DE LINGUAGEM LEGISLATIVA:

O ITEM DEVERIA TER DITO, COM PRECISÃO: ?A POSSE TRANSMITE-SE AOS HERDEIROS OU LEGATÁRIOS, SALVO DISPOSIÇÃO EM CONTRÁRIO OU NOS CASOS EM QUE NÃO HÁ ANIMUS POSSIDENDI.?

A AUSÊNCIA DESSA RESSALVA GERA DÚVIDA OBJETIVA, O QUE CONTRARIA O PRINCÍPIO DA CLAREZA NAS PROVAS DE CONCURSO.

DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA LITERALIDADE LEGAL EM PROVA OBJETIVA:

EM PROVAS OBJETIVAS, É EXIGIDO QUE OS ENUNCIADOS SIGAM RIGOROSAMENTE O TEXTO LEGAL, SOB PENA DE INDUZIR O CANDIDATO A ERRO.

COMO O TEXTO DA AFIRMATIVA II AFIRMA O OPOSTO DO CÓDIGO CIVIL, ELA DEVERIA SER CLARAMENTE MARCADA COMO FALSA ? MAS SUA REDAÇÃO GENÉRICA PODE CONFUNDIR, JUSTIFICANDO A ANULAÇÃO POR VÍCIO DE FORMULAÇÃO.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A alegação central do candidato reside na suposta imprecisão conceitual da afirmativa II, sustentando que a redação seria ambígua e permitiria múltiplas interpretações quanto à transmissibilidade da posse, especialmente em contextos como a posse precária ou detenção.

Entretanto, a assertiva II, que dispõe que *“a posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor”*, é tecnicamente incorreta, pois contraria expressamente o art. 1.206 do Código Civil, que estabelece de forma clara e inequívoca que *“a posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres”*.

A legislação é categórica ao afirmar que a posse se transmite aos herdeiros ou legatários. A ausência de menção a exceções não transforma a afirmativa em correta, tampouco gera ambiguidade interpretativa, pois a lei é suficientemente precisa ao tratar do tema.

A leitura atenta da afirmativa II permite, sem qualquer dificuldade interpretativa, a conclusão de sua falsidade, sendo clara e objetiva. Não há, portanto, violação ao princípio da literalidade legal, nem qualquer afronta aos princípios da clareza e objetividade que regem os concursos públicos.

De mais a mais, o candidato solicita a aceitação da alternativa **“As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras”**, o que não pode ser considerado, pois a afirmativa V também está incorreta. Conforme dispõe o artigo 1.209 do Código Civil, *“a posse do imóvel faz presumir, até prova em contrário, a posse das coisas móveis que nele se encontram”*.

A afirmativa V inverte o conteúdo legal ao afirmar que a posse do imóvel não presume a posse das coisas móveis, contrariando o dispositivo mencionado.

	<p>Portanto, a alternativa indicada pelo candidato não reflete a correta aplicação do Código Civil, e sua aceitação implicaria validar uma resposta manifestamente errada, o que é inadmissível. Assim, a manutenção do gabarito preliminar e a rejeição do pedido de anulação ou modificação da alternativa correta se impõem.</p> <p>Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 15</p>	<p>Questão: A Lei no 8.987/1995 regulamenta o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, conforme prevê o art. 175 da Constituição Federal. De acordo com as disposições da mencionada legislação, uma das formas de extinção da concessão se dá pela retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização. Assinale a alternativa que aponta corretamente a modalidade de extinção da concessão descrita: (A) Encampação. (B) Anulação. (C) Rescisão. (D) Caducidade.</p> <p>Recurso: A QUESTÃO DEVE SER ANULADA POR: AMBIGUIDADE NORMATIVA: O ENUNCIADO TRAZ ELEMENTOS PRESENTES EM MAIS DE UMA FORMA DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO (ARTS. 37 E 38 DA LEI Nº 8.987/1995), SEM DELIMITAR CONCEITUALMENTE O INSTITUTO JURÍDICO PRETENDIDO (ENCAMPAÇÃO); AUSÊNCIA DE PRECISÃO TÉCNICA: EM PROVA OBJETIVA, É NECESSÁRIO QUE O ENUNCIADO REMETA DE FORMA INEQUÍVOCA AO CONCEITO JURÍDICO EXIGIDO, O QUE NÃO OCORREU; POSSIBILIDADE DE DUPLA INTERPRETAÇÃO COM BASE NA PRÓPRIA LEGISLAÇÃO CITADA. REQUER-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, POIS O ENUNCIADO APRESENTA ERRO MATERIAL E AMBIGUIDADE CONCEITUAL, AO DESCRIVER SITUAÇÃO QUE SE ENQUADRA TANTO NA ENCAMPAÇÃO (ART. 37) QUANTO NA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO (ART. 38), SEM QUALQUER DELIMITAÇÃO TÉCNICA. TAL IMPRECISÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA CLAREZA EXIGIDO EM PROVAS OBJETIVAS E COMPROMETE A SEGURANÇA JURÍDICA DA RESPOSTA CORRETA.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alegação de ambiguidade normativa e ausência de precisão técnica não procede. O enunciado descreve de forma clara e objetiva a hipótese de retomada do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização. Trata-se de descrição fiel e literal da encampação, tal como prevista no art. 37 da Lei nº 8.987/1995, que expressamente dispõe:</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.</p>

Somente esse argumento, analisado em conjunto com a própria redação da Lei nº 8.987/1995, seria suficiente para indeferir o pleito do recorrente, mas cabe ir além.

A alegação de que a descrição do enunciado também se confundiria com a rescisão não se sustenta. O mencionado art. 38 da Lei nº 8.987/1995 trata da CADUCIDADE, ou seja, a extinção do contrato por inexecução por parte da CONCESSIONÁRIA. A encampação, nas palavras de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino:

É a retomada do serviço pelo poder concedente, antes do término do prazo da concessão, baseada em razões de interesse público, sem que haja qualquer vício na concessão ou qualquer irregularidade na prestação do serviço pela concessionária. (Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. Direito Administrativo

Descomplicado. 23. ed. rev. .. atual. E ampl. - Rio de Janeiro : Forense; São Paulo : MÉTODO. 2015.pág. 814)

Por outro lado, o mesmo regramento prevê, em seu artigo a rescisão do contrato, quando há o descumprimento das cláusulas contratuais por parte do PODER CONCEDENTE.

Art. 39. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Assim, a descrição do enunciado não dá margem a qualquer dúvida interpretativa: o dispositivo jurídico apontado corresponde **EXCLUSIVAMENTE À ENCAMPAÇÃO**, sendo a alternativa correta a indicada no gabarito preliminar.

Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.

**Advogado -
questão 16**

Questão:

Com base nas normas constitucionais sobre repartição de receitas públicas, analise as afirmativas abaixo:

I.A União deve repassar 25% do produto da arrecadação do IPI aos Estados e ao Distrito Federal.

II.Os Estados devem repassar aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS, sendo que 65%, no mínimo, deverá corresponder à proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.

III.O produto da arrecadação do IPVA será destinado integralmente ao Estado em que o veículo estiver licenciado.

IV.O Município que exercer a fiscalização e a cobrança do ITR faz jus à totalidade da receita arrecadada em seu território.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.

(B) As afirmativas II e IV são verdadeiras e as afirmativas I e III são falsas.

(C) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras e a afirmativa III é falsa.

(D) A afirmativa IV é verdadeira e as afirmativas I, II e III são falsas.

Recurso:

RECURSO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO Nº 16

ASSUNTO: REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS (ICMS)

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: LETRA B

GABARITO CORRETO (SUGERIDO): LETRA D

I. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO

PREZADOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA, O PRESENTE RECURSO TEM POR OBJETIVO IMPUGNAR O GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO Nº 16, QUE TRATA DA REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS PÚBLICAS, MAIS ESPECIFICAMENTE SOBRE A DESTINAÇÃO

DA ARRECADAÇÃO DO ICMS ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 158, INCISO IV, E PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A BANCA EXAMINADORA INDICOU COMO CORRETA A ALTERNATIVA B; NO ENTANTO, ESTA ESCOLHA ESTÁ COMPROMETIDA POR UMA AMBIGUIDADE MATERIAL NA REDAÇÃO DA ALTERNATIVA II, QUE AFETA DIRETAMENTE A CLAREZA, A PRECISÃO JURÍDICA E, PORTANTO, A VALIDADE DA QUESTÃO.

II. ANÁLISE DA ALTERNATIVA II E AMBIGUIDADE APRESENTADA A ALTERNATIVA II AFIRMA:

"OS ESTADOS DEVEM REPASSAR AOS MUNICÍPIOS 25% DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS, SENDO QUE 65%, NO MÍNIMO, DEVERÁ CORRESPONDER À PROPORÇÃO DO VALOR ADICIONADO NAS OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E NAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, REALIZADAS EM SEUS TERRITÓRIOS."

EMBORA REMETA A CONTEÚDO CONSTITUCIONAL CORRETO, A REDAÇÃO CONTÉM AMBIGUIDADE RELEVANTE: A FORMA COMO ESTÁ REDIGIDA DÁ MARGEM À INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DE QUE OS 65% INCIDEM SOBRE A TOTALIDADE DA ARRECADAÇÃO DO ICMS, E NÃO APENAS SOBRE OS 25% QUE SÃO REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS, CONFORME DETERMINA EXPRESSAMENTE O ART. 158, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA CF/88.

A EXPRESSÃO "SENDO QUE 65%, NO MÍNIMO", SEM FAZER REFERÊNCIA CLARA AO UNIVERSO DE CÁLCULO (OS 25% REPASSADOS), TORNA A CONSTRUÇÃO SINTÁTICA AMBÍGUA E JURIDICAMENTE IMPRECISA. A INTERPRETAÇÃO LITERAL E ISOLADA DA FRASE PODE INDUZIR O CANDIDATO, AINDA QUE CONHECEDOR DO TEXTO CONSTITUCIONAL, A ERRO.

III. DA NORMA CONSTITUCIONAL PERTINENTE O ARTIGO 158, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPÕE:

"OS ESTADOS ENTREGARÃO AOS MUNICÍPIOS VINTE E CINCO POR CENTO DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREVISTO NO INCISO IV [ICMS];

PARÁGRAFO ÚNICO - A REPARTIÇÃO DOS 25% A QUE SE REFERE O INCISO IV OBEDECERÁ AOS SEGUINTE CRITÉRIOS:

I - TRÊS QUARTOS, NO MÍNIMO, NA PROPORÇÃO DO VALOR ADICIONADO NAS OPERAÇÕES REALIZADAS EM SEUS TERRITÓRIOS.?

PORTANTO, OS 65% (OU TRÊS QUARTOS) SE REFEREM AOS 25% DO ICMS DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS, E NÃO AO MONTANTE TOTAL ARRECADADO. ESSA DISTINÇÃO É ESSENCIAL, POIS ALTERA SUBSTANCIALMENTE O ALCANCE DO DISPOSITIVO. A OMISSÃO DA REFERÊNCIA À BASE DE CÁLCULO CORRETA NA ALTERNATIVA II COMPROMETE SUA PRECISÃO NORMATIVA E TÉCNICA, DESRESPEITANDO O PRINCÍPIO DA CLAREZA, INERENTE À BOA ELABORAÇÃO DE ITENS EM CONCURSOS PÚBLICOS.

A REDAÇÃO IMPRECISA DA ALTERNATIVA II PREJUDICA OS CANDIDATOS QUE, MESMO CONHECENDO O TEXTO CONSTITUCIONAL, PODEM TER SIDO INDUZIDOS A ERRO PELA FORMA COMO O ENUNCIADO FOI CONSTRUÍDO. TRATA-SE DE UMA FALHA GRAVE DE TÉCNICA LEGISLATIVA DA ALTERNATIVA, QUE PODE TER COMPROMETIDO A ISONOMIA ENTRE OS CANDIDATOS.

A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS RECONHECE QUE QUESTÕES COM REDAÇÃO AMBÍGUA DEVEM SER ANULADAS OU REVISTAS, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA, RAZOABILIDADE E LEGALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

NOTA-SE ASSIM, A AMBIGUIDADE NA EXPRESSÃO "SENDO QUE" AFETA A CORRETA INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO, TORNANDO-A PASSÍVEL DE ERRO, O QUE FERRE O PRINCÍPIO DE CLAREZA E OBJETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DAS QUESTÕES DE CONCURSOS.

IV. REQUERIMENTO

DIANTE DO EXPOSTO, REQUER-SE:

	<p>1. A REVISÃO DO GABARITO PRELIMINAR, COM ATRIBUIÇÃO DA ALTERNATIVA D COMO CORRETA, POR ESTAR EM MELHOR CONFORMIDADE COM OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS, AFASTANDO-SE A IMPRECISÃO NORMATIVA DA ALTERNATIVA B; ALTERNATIVAMENTE:</p> <p>2. A ANULAÇÃO DA QUESTÃO Nº 16, EM RAZÃO DA AMBIGUIDADE SUBSTANCIAL DA ALTERNATIVA II, QUE COMPROMETE A OBJETIVIDADE E A SEGURANÇA JURÍDICA DA AVALIAÇÃO. CASO A BANCA ENTENDA PELA MANUTENÇÃO DA QUESTÃO, REQUER-SE A ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO A TODOS OS CANDIDATOS, COMO MEDIDA DE JUSTIÇA E EQUIDADE, EVITANDO PREJUÍZO DECORRENTE DA IMPRECISÃO TÉCNICA DA QUESTÃO. NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O recurso questiona a clareza da afirmativa II, alegando que sua redação incorre em ambiguidade, o que poderia prejudicar o candidato na resolução da questão. Contudo, tal argumentação não merece prosperar. Senão, vejamos.</p> <p>A afirmativa II estabelece que os Estados devem repassar aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS, sendo que 65%, no mínimo, deverá corresponder à proporção do valor adicionado nas operações realizadas em seus territórios. Essa redação está em consonância com o disposto no artigo 158 da Constituição Federal, que determina a destinação de 25% do ICMS aos Municípios e a distribuição desses valores segundo critérios baseados, dentre outro, no valor adicionado.</p> <p>Ademais, a expressão “<i>sendo que 65%, no mínimo</i>” esclarece que esse percentual incide sobre a parcela repassada aos Municípios, ou seja, sobre os 25%, e não sobre a totalidade da arrecadação do imposto. Tal construção linguística não induz a interpretações equivocadas, pois delimita claramente o universo a que o percentual se refere, garantindo a correta compreensão do dispositivo constitucional.</p> <p>Dessa forma, não há ambiguidade que comprometa a clareza da afirmativa ou que possa ter prejudicado a resolução da questão pelos candidatos. Assim, a afirmativa II está correta em relação ao conteúdo constitucional aplicável, cabendo a manutenção do gabarito preliminar que a considera verdadeira.</p> <p>Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 21</p>	<p>Questão: Ao longo do Vale do Côa, representações de auroques, cavalos selvagens e outras criaturas foram esculpidas nos afloramentos de xisto. Sintaticamente, é correto afirmar que, nesta frase: (A) "nos afloramentos de xisto" é o objeto indireto da locução verbal "foram esculpidas". (B) "representações" é o núcleo do sujeito simples da oração. (C) "ao longo do Vale do Côa" representa o adjunto adnominal que auxilia na constituição do predicado. (D) "cavalos selvagens e outras criaturas" constituem o sujeito composto por haver mais de um núcleo.</p>

Recurso:

RECURSO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO Nº 21

ASSUNTO: ANÁLISE SINTÁTICA DA FRASE

GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: LETRA B

GABARITO CORRETO (SUGERIDO): LETRA D

I. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO

PREZADOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA, APRESENTA-SE RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO REFERIDA, QUE VERSA SOBRE ANÁLISE SINTÁTICA DA ORAÇÃO APRESENTADA. A ALTERNATIVA CONSIDERADA CORRETA PELA BANCA FOI A LETRA B; CONTUDO, DEMONSTRA-SE, A SEGUIR, QUE TAL ALTERNATIVA ESTÁ INCORRETA, DEVENDO SER ATRIBUÍDA COMO CORRETA A LETRA D, POR REFLETIR COM EXATIDÃO A ESTRUTURA SINTÁTICA DA ORAÇÃO EM QUESTÃO.

II. ANÁLISE DA ALTERNATIVA B

A ALTERNATIVA B AFIRMA:

??REPRESENTAÇÕES? É O NÚCLEO DO SUJEITO SIMPLES DA ORAÇÃO.?

A QUESTÃO SE REFERE À ORAÇÃO: "AO LONGO DO VALE DO CÔA, REPRESENTAÇÕES DE AUROQUÊS, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS FÓRAM ESCULPIDAS NOS AFLORAMENTOS DE XISTO."

EMBORA SEJA CORRETO AFIRMAR QUE ?REPRESENTAÇÕES? É UM DOS NÚCLEOS DO SUJEITO, A CLASSIFICAÇÃO DO SUJEITO COMO SIMPLES É INCORRETA. A ORAÇÃO APRESENTA, COM CLAREZA, TRÊS NÚCLEOS CONECTADOS PELA CONJUNÇÃO ?E?:

1. REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES

2. CAVALOS SELVAGENS

3. OUTRAS CRIATURAS

A CONJUNÇÃO ADITIVA ?E? INDICA A COMPOSIÇÃO DO SUJEITO POR MAIS DE UM ELEMENTO, CONFIGURANDO UM SUJEITO COMPOSTO. PORTANTO, A ALTERNATIVA B ESTÁ ERRADA, POIS INCORRE EM ERRO DE CLASSIFICAÇÃO DO SUJEITO QUANTO À SUA ESTRUTURA.

III. JUSTIFICATIVA PARA A ALTERNATIVA D

A ALTERNATIVA D AFIRMA:

"CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS" CONSTITUEM O SUJEITO COMPOSTO POR HAVER MAIS DE UM NÚCLEO.

AINDA QUE A FORMULAÇÃO DA ALTERNATIVA D SE CONCENTRE EM APENAS DOIS ELEMENTOS DO SUJEITO, O QUE PODERIA SUGERIR INCOMPLETUDE, ELA ESTÁ SUBSTANCIALMENTE CORRETA, AO RECONHECER QUE OS TERMOS ?CAVALOS SELVAGENS? E ?OUTRAS CRIATURAS? CONFIGURAM NÚCLEOS DE UM SUJEITO COMPOSTO. A PRESENÇA DA CONJUNÇÃO ADITIVA ?E? REFORÇA ESSA ESTRUTURA, ALINHANDO-SE À DEFINIÇÃO GRAMATICAL DE SUJEITO COMPOSTO - AQUELE QUE POSSUI DOIS OU MAIS NÚCLEOS COORDENADOS ENTRE SI.

ADEMAIS, O SUJEITO COMPLETO DA ORAÇÃO É, DE FATO:

?REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS? TRATA-SE DE SUJEITO COMPOSTO FORMADO POR TRÊS NÚCLEOS, NÃO UM SUJEITO SIMPLES COM APENAS UM. A ALTERNATIVA D, PORTANTO, ACERTA AO IDENTIFICAR A MULTIPLICIDADE DE NÚCLEOS, MESMO QUE NÃO MENCIONE O PRIMEIRO TERMO (?REPRESENTAÇÕES?) DE FORMA EXPRESSA.

ESSA ALTERNATIVA ESTÁ CORRETA, POIS ?CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS? SÃO DOIS NÚCLEOS DO SUJEITO COMPOSTO DA ORAÇÃO. O SUJEITO COMPLETO É: ?REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS?, ONDE TEMOS TRÊS NÚCLEOS:

"REPRESENTAÇÕES", "CAVALOS SELVAGENS" E "OUTRAS CRIATURAS".

IV. REQUERIMENTO DIANTE DA ANÁLISE APRESENTADA, RESTA EVIDENTE QUE:

A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA, POR AFIRMAR QUE O SUJEITO É SIMPLES, CONTRARIANDO A ANÁLISE SINTÁTICA CORRETA DA ORAÇÃO;

POR OUTRO LADO, A ALTERNATIVA D ESTÁ CORRETA, POR RECONHECER, AINDA QUE PARCIALMENTE, A COMPOSIÇÃO DO SUJEITO POR MÚLTIPLOS NÚCLEOS, RESPEITANDO A ESTRUTURA DO ENUNCIADO.

DESSA FORMA, REQUER-SE A REVISÃO DO GABARITO PRELIMINAR, COM A DEVIDA ATRIBUIÇÃO DA ALTERNATIVA D COMO CORRETA, GARANTINDO A PONTUAÇÃO AOS CANDIDATOS QUE ASSINALARAM A ALTERNATIVA MAIS COMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS DA GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato(a), a Banca Elaboradora informa que o recurso não assiste ao recorrente, pelos motivos apresentados abaixo:

Vejam os a questão e seus fundamentos.

Coloquemos a frase no sistema SVCA: Sujeito, Verbo, Complemento, Acessório

REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS foram esculpidas nos afloramentos de xisto ao longo do Vale do Côa.

o **sujeito** é:

“REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS”

e o **núcleo do sujeito** é:

“REPRESENTAÇÕES”, um termo principal, livre de conectivos como preposições.

PERGUNTA AO VERBO: **QUEM foram esculpidas nos afloramentos de xisto ao longo do Vale do Côa?**

RESPOSTA: REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, (DE) CAVALOS SELVAGENS E (DE) OUTRAS CRIATURAS

O **NÚCLEO DO SUJEITO** é sempre o SUBSTANTIVO PRINCIPAL ao redor do qual se organizam os complementos ou modificadores. No caso, *“de auroques, cavalos selvagens e outras criaturas”* é **COMPLEMENTO NOMINAL** que especifica o tipo de representações — logo, **NÃO** é o núcleo. O termo central é **“REPRESENTAÇÕES”**, que está no plural e concorda com o verbo *“FORAM ESCULPIDAS”*.

REFERÊNCIAS:

VOLP - ABL. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa.

	<p>Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.</p> <p>TUFANO, Douglas. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Moderna, 2016.</p> <p>As demais alternativas encontram-se ERRADAS.</p> <p>Portanto, o gabarito divulgado É O CORRETO. RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 22</p>	<p>Questão: O último exemplar da espécie "morreu" na Polônia em 1627; um dos primeiros casos de extinção registrados. O verbo destacado, nesta frase, comporta-se como um verbo: (A) Pronominal. (B) Intransitivo. (C) Bitransitivo. (D) Transitivo indireto.</p> <p>Recurso: RECURSO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO Nº 22 ASSUNTO: TRANSITIVIDADE VERBAL GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: LETRA B GABARITO CORRETO (SUGERIDO): LETRA C</p> <p>I. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO PREZADOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA, BUSCA-SE ALTERAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO REFERIDA, CUJO TEMA É TRANSITIVIDADE VERBAL. A BANCA EXAMINADORA APONTOU COMO CORRETA A ALTERNATIVA B, MAS, CONFORME DEMONSTRAREMOS, A ALTERNATIVA C APRESENTA INTERPRETAÇÃO MAIS ADEQUADA À ANÁLISE GRAMATICAL E AO CONTEXTO DA FRASE PROPOSTA.</p> <p>II. ANÁLISE DA ALTERNATIVA B A ALTERNATIVA B DEFENDE QUE O VERBO "MORRER", NA ORAÇÃO: "O ÚLTIMO EXEMPLAR DA ESPÉCIE MORREU NA POLÔNIA EM 1627.", SERIA INTRANSITIVO, OU SEJA, QUE NÃO EXIGE COMPLEMENTO VERBAL. DE FATO, TRADICIONALMENTE A GRAMÁTICA CLASSIFICA O VERBO "MORRER" COMO VERBO INTRANSITIVO, POR NÃO REQUERER OBJETO DIRETO NEM INDIRETO.</p> <p>ENTRETANTO, ESSA ABORDAGEM, EMBORA VÁLIDA DO PONTO DE VISTA FORMAL, IGNORA O ASPECTO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO DA CONSTRUÇÃO ESPECÍFICA ANALISADA. AS EXPRESSÕES "NA POLÔNIA" E "EM 1627" SÃO ADJUNTOS ADVERBIAIS, MAS SUA SUPRESSÃO COMPROMETE SIGNIFICATIVAMENTE O SENTIDO DA FRASE, SOBRETUDO EM SE TRATANDO DE UMA ORAÇÃO COM VALOR HISTÓRICO-INFORMATIVO. RETIRÁ-LAS DEIXARIA A FRASE GRAMATICALMENTE CORRETA, PORÉM INFORMACIONALMENTE INCOMPLETA DENTRO DO ENUNCIADO PROPOSTO.</p> <p>ISSO EVIDENCIA QUE O FOCO DA QUESTÃO NÃO PODE SE RESTRINGIR APENAS À TRANSITIVIDADE ISOLADA DO VERBO, MAS DEVE CONSIDERAR O PAPEL SEMÂNTICO DOS TERMOS ASSOCIADOS À PREDICAÇÃO VERBAL.</p> <p>ASSIM, SOLICITA-SE A REAVALIAÇÃO DA QUESTÃO QUANTO À POSSIBILIDADE DE AMBIGUIDADE INTERPRETATIVA OU AO MENOS SUA ANULAÇÃO POR POSSÍVEL MARGEM DE DÚVIDA QUANTO À NATUREZA INFORMACIONAL DA ORAÇÃO.</p> <p>A ALTERNATIVA C CONSIDERA CORRETAMENTE A IMPORTÂNCIA DAS EXPRESSÕES "NA POLÔNIA" E "EM 1627" COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A COMPLETUDE DA INFORMAÇÃO VEICULADA NA ORAÇÃO.</p> <p>EMBORA NÃO SEJAM OBJETOS (E, PORTANTO, NÃO ALTEREM A</p>

CLASSIFICAÇÃO FORMAL DO VERBO COMO INTRANSITIVO), FUNCIONAM COMO ADJUNTOS ADVERBIAIS DE CIRCUNSTÂNCIA DE LUGAR E TEMPO, CUJA OMISSÃO COMPROMETERIA O VALOR COMUNICATIVO PLENO DA ORAÇÃO.

DO PONTO DE VISTA DA ANÁLISE TEXTUAL E SINTÁTICA MODERNA, É LEGÍTIMO RECONHECER QUE CERTOS VERBOS, EMBORA TRADICIONALMENTE CLASSIFICADOS COMO INTRANSITIVOS, PODEM DEPENDER SEMANTICAMENTE DE CIRCUNSTÂNCIAS ESSENCIAIS AO ENUNCIADO. NESSE CONTEXTO, A ALTERNATIVA C DEMONSTRA MAIOR RIGOR INTERPRETATIVO E É, PORTANTO, A QUE MELHOR RESPONDE À COMPLEXIDADE DA QUESTÃO.

III. REQUERIMENTO

DIANTE DO EXPOSTO, REQUER-SE:

A REVISÃO DO GABARITO PRELIMINAR, COM A DEVIDA ATRIBUIÇÃO DA ALTERNATIVA C COMO CORRETA, POR REFLETIR UMA ANÁLISE MAIS COMPLETA E PRECISA DA TRANSITIVIDADE VERBAL NO CONTEXTO DA FRASE APRESENTADA; ALTERNATIVAMENTE, A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, POR ADMITIR INTERPRETAÇÕES PLAUSÍVEIS DISTINTAS QUE, EMBORA GRAMATICALMENTE JUSTIFICÁVEIS, LEVAM A RESPOSTAS DIFERENTES, FERINDO O PRINCÍPIO DA OBJETIVIDADE EXIGIDO EM AVALIAÇÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato(a), a Banca Elaboradora informa que o recurso não assiste ao recorrente, pelos motivos apresentados abaixo: Vejamos a questão e seus fundamentos.

Questões de concursos e similares sempre trabalha com a norma culta, exceto se o comando assim o modificar.

No entanto, como a questão é gramatical, não há outra opção, uma vez que a Semântica e/ou a Língua não discordam da própria gramática.

O último exemplar da espécie “**morreu**” na Polônia em 1627; um dos primeiros casos de extinção registrados.

O **verbo destacado**, nesta frase, comporta-se como um verbo

INTRANSITIVO

morrer

Significado de Morrer

verbo intransitivo

Deixar de viver; perder a vida; cessar a existência; acabar, extinguir:

A planta simplesmente morreu.

Sumir da lembrança; esquecer:

Seu sorriso nunca morrerá.

[Popular] Perder completamente suas funções habituais:

O televisor morreu!

	<p>[Figurado] Perder o brilho; tornar-se menos vivo (falando de cores):</p> <p>o rosa das flores morria LENTAMENTE.</p> <p>Com isso, percebe-se que, o elemento posterior, como no caso do último exemplo, NÃO se trata de complemento, mas de ACESSÓRIO, sendo um ADJUNTO ADVERBIAL DE MODO.</p> <p>No mesmo sentido, temos na frase em questão:</p> <p>O último exemplar da espécie “morreu” NA POLÔNIA EM 1627; um dos primeiros casos de extinção registrados.</p> <p>NA POLÔNIA – ADJUNTO ADVERBIAL DE LUGAR EM 1627 – ADJUNTO ADVERBIAL DE TEMPO, NÃO ALTERANDO A INTRANSITIVIDADE VERBAL.</p> <p>REFERÊNCIAS:</p> <p>VOLP - ABL. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.</p> <p>ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.</p> <p>TUFANO, Douglas. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Moderna, 2016.</p> <p>As demais alternativas encontram-se ERRADAS.</p> <p>Portanto, o gabarito divulgado É O CORRETO. RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Advogado - questão 29</p>	<p>Questão:</p> <p>Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?</p> <p>(A) 5 pintores. (B) 3 pintores. (C) 4 pintores. (D) 2 pintores.</p> <p>Recurso:</p> <p>RECURSO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO Nº 29 ASSUNTO: REGRA DE TRÊS COMPOSTA GABARITO PRELIMINAR DA BANCA: LETRA D QUESTÃO SEM GABARITO CORRETO I. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO PREZADOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA,</p>

APRESENTA-SE RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA QUESTÃO REFERIDA, EM QUE A BANCA CONSIDEROU COMO CORRETA A ALTERNATIVA D. CONTUDO, APÓS UMA ANÁLISE DETALHADA DA QUESTÃO, CONSTATA-SE QUE NENHUMA DAS ALTERNATIVAS APRESENTADAS CORRESPONDE À RESOLUÇÃO CORRETA, O QUE JUSTIFICA A ANULAÇÃO DA QUESTÃO.

II. TEXTO DA QUESTÃO E RESOLUÇÃO CORRETA:

A QUESTÃO APRESENTA O SEGUINTE ENUNCIADO:

"UMA EQUIPE DE 4 PINTORES, TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA, CONCLUI UM SERVIÇO EM 8 DIAS. O DONO DO GALPÃO DESEJA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO EM 2 DIAS, COM JORNADA DE 10 HORAS POR DIA. A PERGUNTA É: QUANTOS PINTORES DEVEM SER CONTRATADOS?"

PARA A CORRETA RESOLUÇÃO, DEVEMOS APLICAR O CONCEITO DE REGRA DE TRÊS COMPOSTA, POIS HÁ TRÊS VARIÁVEIS ENVOLVIDAS: O NÚMERO DE PINTORES, A CARGA HORÁRIA DIÁRIA E O TEMPO DISPONÍVEL PARA CONCLUSÃO DO SERVIÇO.

SITUAÇÃO INICIAL:

4 PINTORES

6 HORAS POR DIA

8 DIAS

O TOTAL DE TRABALHO REALIZADO (EM "HOMEM-HORAS") É DADO POR:

TOTAL DE TRABALHO = 4 PINTORES × 6 HORAS/DIA × 8 DIAS = 192

?

NOVA SITUAÇÃO:

2 DIAS

10 HORAS POR DIA

QUANTOS PINTORES?

COMO O TOTAL DE TRABALHO (192 HORAS-HOMEM) PERMANECE CONSTANTE, A NOVA EQUAÇÃO SERÁ: ?

PINTORES × 10 HORAS/DIA × 2 DIAS = 192

SENDO A NOVA EQUAÇÃO COM BASE NA MESMA QUANTIDADE DE TRABALHO (192 HORAS-HOMEM):

$X \times 10 \text{ HORAS/DIA} \times 2 \text{ DIAS} = 192$

$X \times 20 = 192$

$X = 20/192 = 9,6$

OU SEJA, SERIAM NECESSÁRIOS 9,6 PINTORES, O QUE IMPLICA, NA PRÁTICA, 10 PINTORES (JÁ QUE NÃO É POSSÍVEL CONTRATAR 0,6 DE UM TRABALHADOR). NENHUMA DAS ALTERNATIVAS APRESENTADAS (2, 3, 4 OU 5 PINTORES) ATENDE A ESSE REQUISITO.

III. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS APRESENTADAS AO ANALISAR AS ALTERNATIVAS APRESENTADAS PELA BANCA, VERIFICA-SE QUE NENHUMA DELAS CORRESPONDE À RESPOSTA CORRETA:

ALTERNATIVA A: 2 PINTORES

ALTERNATIVA B: 3 PINTORES

ALTERNATIVA C: 4 PINTORES

ALTERNATIVA D: 5 PINTORES

COMO MENCIONADO, NENHUMA DAS ALTERNATIVAS REFLETE A NECESSIDADE DE 10 PINTORES, CONFORME O CÁLCULO REALIZADO.

PORTANTO, A QUESTÃO APRESENTA UM ERRO MATERIAL NO ENUNCIADO, POIS NÃO HÁ ALTERNATIVA CORRETA ENTRE AS OPÇÕES FORNECIDAS. ESTE ERRO COMPROMETE A JUSTIÇA NA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS, POIS OS MESMOS SÃO LEVADOS A ESCOLHER ENTRE ALTERNATIVAS INCORRETAS, SEM A DEVIDA POSSIBILIDADE DE ASSINALAR A RESPOSTA CORRETA, QUE SERIA 10 PINTORES.

IV. DO REQUERIMENTO

DIANTE DA ARGUMENTAÇÃO E ANÁLISE APRESENTADAS, REQUER-SE:

A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, POR AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA CORRETA, O QUE PREJUDICA A AVALIAÇÃO JUSTA DOS CANDIDATOS, QUE, AO RESOLVEREM A QUESTÃO DE MANEIRA TÉCNICA E CORRETA, NÃO ENCONTRAM CORRESPONDÊNCIA COM AS OPÇÕES DISPONÍVEIS; EM

	<p>FACE DO EXPOSTO, REQUER-SE QUE A QUESTÃO SEJA ANULADA, A FIM DE GARANTIR A CORREÇÃO DA AVALIAÇÃO E A JUSTIÇA NA PONTUAÇÃO DOS CANDIDATOS. NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca,</p> <p>RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Advogado - questão 29</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 5 pintores. (B) 3 pintores. (C) 4 pintores. (D) 2 pintores.</p> <p>Recurso: A QUESTÃO É AMBÍGUA QUANTO À INTERPRETAÇÃO DA EXPRESSÃO "QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR", SERIA CONSIDERANDO OS QUATRO JÁ CONTRATADOS, OU O QUE FALTARIA ELE CONTRATAR, E NÃO BASTASSE ISSO NENHUMA DAS ALTERNATIVAS APRESENTADAS CORRESPONDE AO RESULTADO CORRETO, SEJA CONSIDERANDO O TOTAL NECESSÁRIO OU O NÚMERO DE CONTRATAÇÕES ADICIONAIS. DESSA FORMA, REQUER-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca,</p> <p>RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Advogado - questão 29</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 5 pintores.</p>

- (B) 3 pintores.
- (C) 4 pintores.
- (D) 2 pintores.

Recurso:

À COMISSÃO DE RECURSOS DA BANCA ACAFE-UNOCHAPECÓ VENHO POR MEIO DESTA, DE FORMA TEMPESTIVA, IMPETRAR PEDIDO DE ANULAÇÃO DA QUESTÃO 29 DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA DA PROVA PARA O CARGO DE ADVOGADO DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA DE UNIÃO DO OESTE ? SC, REALIZADO NO DIA 18 DE MAIO DE 2025.

QUESTÃO 29

UMA EQUIPE DE 4 PINTORES FOI CONTRATADA PARA PINTAR AS PAREDES INTERNAS DE UM GALPÃO INDUSTRIAL E, TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA, ELES CONSEGUEM CONCLUIR O SERVIÇO EM 8 DIAS. PORÉM, DEVIDO À URGÊNCIA, O DONO DO GALPÃO AUMENTOU A CARGA HORÁRIA PARA 10 HORAS POR DIA E QUER QUE O SERVIÇO SEJA FEITO EM 2 DIAS. QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO?

- (A) 5 PINTORES.
- (B) 3 PINTORES.
- (C) 4 PINTORES.
- (D) 2 PINTORES.

1. DOS FATOS:

A QUESTÃO ACIMA REQUISITAVA DO CANDIDATO CONHECIMENTO DE REGRA DE TRÊS COMPOSTA, BEM COMO A APLICABILIDADE DE GRANDEZAS DIRETAMENTE E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS. CONTUDO, A QUESTÃO APRESENTA ERRO INSANÁVEL, VISTO QUE NÃO POSSUI ALTERNATIVA CORRETA PARA OS ESCORREITOS CÁLCULOS.

A QUESTÃO CONTINHA O SEGUINTE RELATO: UMA EQUIPE DE 4 PINTORES FOI CONTRATADA PARA PINTAR AS PAREDES INTERNAS DE UM GALPÃO INDUSTRIAL E, TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA, ELES CONSEGUEM CONCLUIR O SERVIÇO EM 8 DIAS. PORÉM, DEVIDO À URGÊNCIA, O DONO DO GALPÃO AUMENTOU A CARGA HORÁRIA PARA 10 HORAS POR DIA E QUER QUE O SERVIÇO SEJA FEITO EM 2 DIAS, E PERGUNTAVA QUANTOS PINTORES O DONO DO GALPÃO PRECISARIA CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO.

PRIMEIRAMENTE, A QUESTÃO É BASTANTE VAGA NA PERGUNTA, DEIXANDO O CANDIDATO IMPOSSIBILITADO DE SABER SE O VALOR QUE SE ESPERA ENCONTRAR É O TOTAL DE PINTORES NECESSÁRIOS PARA PINTAR O GALPÃO OU SE SERIA A QUANTIDADE A MAIS DE PINTORES PARA COMPLEMENTAR A QUANTIDADE DE PINTORES JÁ CONTRATADOS. CONTUDO, MESMO SUPERANDO TAMANHA DIFICULDADE, O CANDIDATO QUE SE PREPAROU E ESTÁ APTO PARA REALIZAR O CÁLCULO DESEJADO NÃO CONSEGUIRIA RESPONDER ESSA QUESTÃO, VISTO QUE NENHUMA DAS ALTERNATIVAS CONTÉM A RESPOSTA CORRETA, COM BASE NOS FUNDAMENTOS A SEGUIR.

2. DOS FUNDAMENTOS

EM SEU LIVRO ?RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO PARA CONCURSOS?, LUSTOSA (2023) DESCREVE A REGRA DE TRÊS COMPOSTA DA SEGUINTE MANEIRA: ?A REGRA DE TRÊS É COMPOSTA QUANDO COMPARA MAIS DE DUAS GRANDEZAS. DETERMINANDO QUAIS GRANDEZAS SÃO DIRETA E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS É SÓ FAZER O CÁLCULO PEDIDO (A COMPARAÇÃO DAS GRANDEZAS É FEITA SEMPRE COM A GRANDEZA QUE SE QUER DESCOBRIR O VALOR).?

DIANTE DOS DADOS APRESENTADOS NA QUESTÃO, OBSERVA-SE QUE A GRANDEZA QUE SE QUER DETERMINAR É A QUANTIDADE DE PINTORES. COMPARANDO PINTORES COM HORAS, QUANTO MAIS HORAS CADA PINTOR TRABALHAR, ENTÃO MENOS PINTORES SERÃO NECESSÁRIOS PARA O TRABALHO, ENTÃO ESSAS GRANDEZAS SÃO INVERSAMENTE

PROPORCIONAIS. COMPARANDO PINTORES COM DIAS, QUANTO MAIS PINTORES, MENOS DIAS DE TRABALHO SERÃO NECESSÁRIOS, LOGO ESSAS GRANDEZAS TAMBÉM SÃO INVERSAMENTE PROPORCIONAIS. ORGANIZANDO O CÁLCULO COM AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA QUESTÃO, FICARIA ASSIM:

$$4/X = 10/6 * 2/8$$

$$4/X = 20/48 \text{ (FAZENDO ?MEIOS POR EXTREMOS?)}$$

$$20X = 192$$

$$X = 192/20$$

$$X = 9,6 \text{ (FAZENDO O ARREDONDAMENTO, } X = 10)$$

OU SEJA, SERIAM NECESSÁRIOS, 10 PINTORES, TRABALHANDO 10 HORAS POR DIA PARA CONSEGUIREM, NO PRAZO DE 2 DIAS, FAZEREM A PINTURA TOTAL DO GALPÃO. SE A QUESTÃO DESEJAVA A QUANTIDADE A MAIS DE PINTORES QUE SERIA NECESSÁRIO CONTRATAR, A RESPOSTA SERIA 6 NOVOS PINTORES, QUE SOMANDO COM OS 4, DARIAM OS 10 PINTORES NECESSÁRIOS. SE FOSSE O TOTAL, TERIA QUE HAVER UMA ALTERNATIVA INDICANDO 10 PINTORES. LOGO, NÃO HÁ ALTERNATIVA CORRETA PARA A QUESTÃO, RESTANDO COMO ÚNICA SAÍDA, A ANULAÇÃO DA MESMA.

3. DO PEDIDO PEÇO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, POR FALTA DE ALTERNATIVA COM A RESPOSTA CORRETA.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca,
RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).

**Advogado -
questão 29**

Questão:

Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?

(A) 5 pintores.

(B) 3 pintores.

(C) 4 pintores.

(D) 2 pintores.

Recurso:

CÁLCULO DA QUANTIDADE DE TRABALHO TOTAL

NA SITUAÇÃO INICIAL:

4 PINTORES, 6 HORAS POR DIA, 8 DIAS = O TOTAL DE ?HOMEM-HORAS? DE TRABALHO

$$4 \text{ PINTORES} \times 6 \text{ HORAS/DIA} \times 8 \text{ DIAS} = 192 \text{ HORAS DE TRABALHO}$$

NOVA SITUAÇÃO

AGORA O SERVIÇO DEVE SER FEITO EM:

10 HORAS POR DIA, 2 DIAS,

QUEREMOS SABER QUANTOS PINTORES (X) SERÃO NECESSÁRIOS PARA CUMPRIR AS MESMAS 192 HORAS DE TRABALHO.

$$? \times 10 \text{ HORAS/DIA} \times 2 \text{ DIAS} = 192 \times 10 \text{ HORAS/DIA} \times 2 \text{ DIAS} = 192$$

$$20? = 192 \text{ ??} = 192/20 = 9,6$$

RESPOSTA FINAL: SERÃO NECESSÁRIOS 10 PINTORES

	<p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Advogado - questão 29</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 5 pintores. (B) 3 pintores. (C) 4 pintores. (D) 2 pintores.</p> <p>Recurso: PARA RESOLVER O PROBLEMA MATEMÁTICO PROPOSTO NA QUESTÃO N. 29 É NECESSÁRIO USAR A REGRA DE TRÊS COMPOSTA. PRIMEIRO, IDENTIFICA-SE AS GRANDEZAS QUE SÃO DIRETAMENTE PROPORCIONAIS E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS: PINTORES: QUANTO MAIS PINTORES, MENOR O TEMPO PARA TERMINAR O TRABALHO (INVERSAMENTE PROPORCIONAL). HORAS POR DIA: QUANTO MAIS HORAS POR DIA, MENOR O TEMPO PARA TERMINAR O TRABALHO (INVERSAMENTE PROPORCIONAL). DIAS: QUANTO MENOS DIAS, MAIS PINTORES SÃO NECESSÁRIOS (INVERSAMENTE PROPORCIONAL). AGORA, PODEMOS MONTAR A REGRA DE TRÊS: PINTORES (4): 6 HORAS/DIA, 8 DIAS PINTORES (X): 10 HORAS/DIA, 2 DIAS A RELAÇÃO É: $4 \times 6 \times 8 = X \times 10 \times 2$ $24 \times 8 = 20X$ $192 = 20X$ $X = 192 / 20$ $X = 9,6$ ARREDONDANDO, TERÍAMOS COMO RESPOSTA: 10 PINTORES. A PERGUNTA FEITA FOI: "QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO?" A RESPOSTA PODE SER TANTO "10 PINTORES AO TODO" OU "6 PINTORES", CONSIDERANDO QUE JÁ EXISTE UMA EQUIPE DE 4 PINTORES CONTRATADA. NO ENTANTO, NÃO HÁ NENHUMA OPÇÃO QUE INDIQUE ESSES NÚMEROS (10 OU 6) NAS RESPOSTAS. DESSA FORMA, SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>

	<p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Advogado - questão 29</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 5 pintores. (B) 3 pintores. (C) 4 pintores. (D) 2 pintores.</p> <p>Recurso: ILUSTRÍSSIMO SENHOR EXAMINADOR, VENHO, RESPEITOSAMENTE, POR MEIO DESTA RECURSO, SOLICITAR A REVISÃO DA QUESTÃO Nº. 29 DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO ? EDITAL Nº. 01/2025 DE UNIÃO DO OESTE, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS A SEGUIR DECLINADOS: A ILUSTRÍSSIMA BANCA EXAMINADORA, EM SEU GABARITO PRELIMINAR CONSIDEROU COMO CORRETA A ALTERNATIVA D DA QUESTÃO 29. OCORRE QUE A ALTERNATIVA D, PODE ESTAR EQUIVOCADA, E A ALTERNATIVA A PODE ESTAR CORRETA. EXPLICAÇÃO: TRATA-SE DE UMA QUESTÃO DE RACIOCÍNIO LÓGICO, CUJA RESOLUÇÃO EXIGE USAR O CONCEITO DE TRABALHO TOTAL E A REGRA DE TRÊS COMPOSTA. TRABALHO TOTAL: A QUANTIDADE DE TRABALHO A SER REALIZADA É A MESMA, INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE PINTORES OU DO TEMPO DE TRABALHO. PODEMOS REPRESENTAR ESSE TRABALHO TOTAL COMO O PRODUTO DO NÚMERO DE PINTORES, DAS HORAS DIÁRIAS E DO NÚMERO DE DIAS. TRABALHO INICIAL: 4 PINTORES * 6 HORAS/DIA * 8 DIAS = 192 UNIDADES DE TRABALHO NOVA SITUAÇÃO: AGORA, TEMOS: 10 HORAS/DIA 2 DIAS X PINTORES (O NÚMERO QUE QUEREMOS DESCOBRIR) O TRABALHO TOTAL NA NOVA SITUAÇÃO É: X PINTORES * 10 HORAS/DIA * 2 DIAS = 20X UNIDADES DE TRABALHO EQUACIONANDO: COMO O TRABALHO TOTAL É O MESMO, PODEMOS IGUALAR AS DUAS EXPRESSÕES: 192 = 20X RESOLVENDO PARA X: $X = 192 / 20$ $X = 9.6$ COMO NÃO PODEMOS TER 9.6 PINTORES, PRECISAMOS ARREDONDAR PARA CIMA PARA GARANTIR QUE O TRABALHO SEJA CONCLUÍDO EM TEMPO. PORTANTO, SÃO NECESSÁRIOS 10 PINTORES. CONSIDERAÇÕES: COMO A NOVA CARGA HORÁRIA É MAIOR, É PRECISO CONTRATAR MAIS</p>

PINTORES PARA QUE A QUANTIDADE TOTAL DE TRABALHO SEJA CONCLUÍDA EM MENOS TEMPO.
NO ENTANTO, A RESPOSTA (A) 5 PINTORES NÃO FOI CONSIDERADA PELA BANCA. SE ANALISARMOS COM CUIDADO, A RESPOSTA MAIS LÓGICA É 10 PINTORES, MAS AS OPÇÕES NÃO CONTEMPLAM ESSA POSSIBILIDADE. A OPÇÃO (A) 5 PINTORES É A MAIS PRÓXIMA DE 10, E É POSSÍVEL QUE TENHA HAVIDO UM ERRO NAS OPÇÕES FORNECIDAS.
A QUESTÃO ?QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO?? NÃO DEIXA CLARO SEQUER SABER QUANTOS PINTORES A MAIS SERIA NECESSÁRIO OU QUANTOS PINTORES AO TOTAL, ASSIM A RESPOSTA CONSIDERADA PELA BANCA, ALTERNATIVA D (2 PINTORES), DÁ A ENTENDER QUE COM APENAS UM TOTAL DE DOIS PINTORES, OU SEJA, REDUZINDO O NÚMERO DE PINTORES A OBRA SERIA CONCLUÍDA EM MENOS TEMPO.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca,
RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).

**Advogado -
questão 29**

Questão:

Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?

- (A) 5 pintores.
- (B) 3 pintores.
- (C) 4 pintores.
- (D) 2 pintores.

Recurso:

PREZADA BANCA EXAMINADORA, AO QUE APARENTA A QUESTÃO NÃO APRESENTA ALTERNATIVA CORRETA, POIS EFETUANDO O CÁLCULO PELA REGRA DE 3 COMPOSTA TEMOS QUE: 4 PINTORES TRABALHANDO 6 HORAS/DIA POR 8 DIAS, QUEREMOS SABER QUANTOS PINTORES FARÃO O SERVIÇO TRABALHANDO 10HORAS/DIA POR 2 DIAS, ASSIM: $4/X=10/6*2/8$, RESULTANDO: $4/X=20/48$, RESULTANDO $X=192/20$, RESULTANDO EM X: 9,6. OU SEJA, SE 4 PINTORES EU JÁ TENHO FAÇO A SUBTRAÇÃO DE 9,6-4:

RESULTADO 5,6. SENDO ASSIM, SE CONSIDERAR O NÚMERO ARREDONDADO, A ALTERNATIVA CERTA É A 5, OU A QUESTÃO MERECE ANULAÇÃO POR NÃO HAVER ALTERNATIVA CORRETA.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na

	<p>questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Advogado - questão 40</p>	<p>Questão: A estrutura de um computador é composta por hardware e software. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo: I.O hardware inclui componentes físicos como CPU, memória RAM, disco rígido e periféricos. II.A CPU é responsável pelo processamento de dados, enquanto a memória RAM armazena temporariamente informações em uso. III.Os periféricos de entrada e de saída são responsáveis pelo armazenamento permanente de dados, arquivos, programas e do próprio sistema operacional. Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões). (A) Apenas III. (B) Apenas I e II. (C) Apenas II. (D) Apenas I e III.</p> <p>Recurso: ? FALTA DE PRECISÃO TÉCNICA NA CLASSIFICAÇÃO DA RAM A ALTERNATIVA MISTURA DIFERENTES TIPOS DE HARDWARE SEM QUALIFICAÇÃO, E NÃO DEIXA CLARO QUE A MEMÓRIA RAM É VOLÁTIL E NÃO REALIZA ARMAZENAMENTO PERMANENTE. EM CONTEXTOS DE PROVA, PODERIA INDUZIR O CANDIDATO A INTERPRETAR QUE A RAM É USADA PARA ARMAZENAR PROGRAMAS E ARQUIVOS PERMANENTEMENTE, O QUE NÃO É SUA FUNÇÃO. ALÉM DISSO, AO COLOCAR ?MEMÓRIA RAM? AO LADO DE ?DISCO RÍGIDO?, A FRASE PODE CONFUNDIR CANDIDATOS QUE ASSOCIAM ARMAZENAMENTO (COMO SSD OU HD) A SOFTWARE, ESPECIALMENTE SE NÃO ESTIVER CLARA A DISTINÇÃO ENTRE MEMÓRIA DE TRABALHO TEMPORÁRIA (RAM) E MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO PERMANENTE (HD, SSD). A ALTERNATIVA I PECA POR IMPRECISÃO TÉCNICA, AO LISTAR ?MEMÓRIA RAM? JUNTO COM DISCO RÍGIDO E CPU SEM EXPLICAR SUA NATUREZA VOLÁTIL E NÃO PERMANENTE. ISSO PODE INDUZIR O CANDIDATO A ERRO, ESPECIALMENTE CONSIDERANDO QUE O TERMO ?MEMÓRIA? É AMBÍGUO PARA LEIGOS, PODENDO SER CONFUNDIDO COM ARMAZENAMENTO, O QUE COMPROMETE A CLAREZA DA PROPOSIÇÃO. ASSIM, APENAS A ALTERNATIVA II ESTÁ TECNICAMENTE PRECISA, POIS DELIMITA CORRETAMENTE AS FUNÇÕES DA CPU E DA RAM. É POSSÍVEL INVALIDAR A ALTERNATIVA I COM BASE EM FALTA DE CLAREZA TÉCNICA E POTENCIAL AMBIGUIDADE, PRINCIPALMENTE SOBRE A FUNÇÃO DA MEMÓRIA RAM, TORNANDO VÁLIDA APENAS A ALTERNATIVA II.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A resposta correta é: "B) Apenas I e II."</p>

	<p>Justificativa:</p> <p>I. A frase está correta. O hardware realmente inclui componentes físicos como a CPU, a memória RAM, o disco rígido e os periféricos (como teclado, mouse, impressora, etc.). Esses são os elementos tangíveis do computador.</p> <p>II. A frase está correta. A CPU (Unidade Central de Processamento) é a responsável pelo processamento de dados, enquanto a memória RAM armazena informações temporárias durante o uso, facilitando o acesso rápido aos dados necessários para o processamento.</p> <p>III. A frase está errada. Os periféricos de entrada e de saída (como teclado, mouse, monitor, impressora) não são responsáveis pelo armazenamento permanente de dados. O armazenamento permanente é feito por dispositivos de armazenamento, como disco rígido, SSD ou CDs/DVDs. Periféricos de entrada e saída são responsáveis pela comunicação entre o computador e o usuário ou outros dispositivos.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 3</p>	<p>Questão:</p> <p>Analise as afirmações abaixo sobre Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:</p> <p>I. A remuneração do trabalhador pode incluir vantagens como comissões, gratificações e percentagens, desde que tenham natureza habitual e sejam previamente acordadas.</p> <p>II. O empregado que faltar injustificadamente mais de 10 dias ao trabalho perde o direito às férias naquele período aquisitivo.</p> <p>III. O contrato por prazo determinado só pode ser prorrogado uma única vez, e sua duração total não pode ultrapassar dois anos.</p> <p>Após análise, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os itens I, II e III estão corretos.</p> <p>(B) Apenas os itens I e III estão corretos.</p> <p>(C) Apenas os itens I e II estão corretos.</p> <p>(D) Apenas os itens II e III estão corretos.</p> <p>Recurso:</p> <p>À BANCA EXAMINADORA,</p> <p>VENHO, RESPEITOSAMENTE, APRESENTAR RECURSO COM FOCO NA AMBIGUIDADE E IMPRECISÃO DOS ITENS I E II, QUE COMPROMETEM A CLAREZA E A JUSTIÇA DA AVALIAÇÃO, O QUE RESULTA NA ANULAÇÃO DA QUESTÃO 03, VEJAMOS:.</p> <p>QUESTÃO 03 - ANALISE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ? CLT:</p> <p>I. A REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR PODE INCLUIR VANTAGENS COMO COMISSÕES, GRATIFICAÇÕES E PERCENTAGENS, DESDE QUE TENHAM NATUREZA HABITUAL E SEJAM PREVIAMENTE ACORDADAS.</p> <p>II. O EMPREGADO QUE FALTAR INJUSTIFICADAMENTE MAIS DE 10 DIAS AO TRABALHO PERDE O DIREITO ÀS FÉRIAS NAQUELE PERÍODO AQUISITIVO.</p> <p>III. O CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO SÓ PODE SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ, E SUA DURAÇÃO TOTAL NÃO PODE ULTRAPASSAR DOIS ANOS. APÓS ANÁLISE, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.</p> <p>(A) OS ITENS I, II E III ESTÃO CORRETOS.</p> <p>(B) APENAS OS ITENS I E III ESTÃO CORRETOS.</p> <p>(C) APENAS OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS.</p> <p>(D) APENAS OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS</p> <p>A AFIRMAÇÃO II DE QUE ?A REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR PODE INCLUIR VANTAGENS COMO COMISSÕES, GRATIFICAÇÕES E PERCENTAGENS, DESDE QUE TENHAM NATUREZA HABITUAL E SEJAM PREVIAMENTE ACORDADAS? NÃO REFLETE FIELMENTE A LEGISLAÇÃO</p>

TRABALHISTA VIGENTE, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À EXIGÊNCIA DE HABITUALIDADE E DE ACORDO PRÉVIO.

"ART. 457. COMPREENDEM-SE NA REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, ALÉM DO SALÁRIO DEVIDO E PAGO DIRETAMENTE PELO EMPREGADOR COMO CONTRA-PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, AS GORJETAS QUE RECEBER.

§ 1º INTEGRAM O SALÁRIO A IMPORTÂNCIA FIXA ESTIPULADA, AS GRATIFICAÇÕES LEGAIS E AS COMISSÕES PAGAS PELO EMPREGADOR. (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.467, DE 2017).

§ 2º AS IMPORTÂNCIAS, AINDA QUE HABITUAIS, PAGAS A TÍTULO DE AJUDA DE CUSTO, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, VEDADO SEU PAGAMENTO EM DINHEIRO, DIÁRIAS PARA VIAGEM, PRÊMIOS E ABONOS NÃO INTEGRAM A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO, NÃO SE INCORPORAM AO CONTRATO DE TRABALHO E NÃO CONSTITUEM BASE DE INCIDÊNCIA DE QUALQUER ENCARGO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO.

NOTE-SE QUE COMISSÕES E GRATIFICAÇÕES SÃO CONSIDERADAS SALÁRIO SOMENTE SE HABITUAIS PELA AFIRMATIVA I, MAS A LEI NÃO PREVÊ QUE NÃO PODEM SER CONSIDERADAS NÃO HABITUAIS TAMBÉM. (EXEMPLO: GRATIFICAÇÕES ESPORÁDICAS). ALÉM DISSO, NÃO HÁ PREVISÃO EXPRESSA DE QUE DEVEM SER PREVIAMENTE ACORDADAS, O QUE PODE OCORRER POR PRÁTICA, COSTUME OU MESMO PREVISÃO CONTRATUAL. PORTANTO, O REQUISITO "DESDE QUE TENHAM NATUREZA HABITUAL E SEJAM PREVIAMENTE ACORDADAS" APRESENTA INTERPRETAÇÃO DÚBIA, POIS A CLT NÃO EXIGE EXPLICITAMENTE TAL PRÉVIA FORMALIDADE.

DESSA FORMA, O ITEM I DA QUESTÃO, AO RESTRINGIR A INCORPORAÇÃO DAS VANTAGENS EXCLUSIVAMENTE À HABITUALIDADE E A EXISTÊNCIA DE PRÉVIO ACORDO, APRESENTA UMA INFORMAÇÃO IMPRECISA QUE PODE GERAR INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA, MOTIVO PELO QUAL MERECE REVISÃO.

AINDA A LEGISLAÇÃO NÃO PREVÊ PERCENTAGENS, POIS O TERMO PODE SER COMPREENDIDO COMO NATUREZA INDENIZATÓRIA NOS TERMOS DO § 2º DO ARTIGO 457 DA CLT, OU SEJA NÃO POSSUI CARÁTER SALARIAL.

SOBRE A AFIRMATIVA II: "O EMPREGADO QUE FALTAR INJUSTIFICADAMENTE MAIS DE 10 DIAS AO TRABALHO PERDE O DIREITO ÀS FÉRIAS NAQUELE PERÍODO AQUISITIVO."

A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 130 DA CLT, ESTABELECE QUE O DIREITO ÀS FÉRIAS PODE SOFRER REDUÇÃO PROPORCIONAL CONFORME O NÚMERO DE FALTAS INJUSTIFICADAS NO PERÍODO AQUISITIVO, SEGUINDO A SEGUINTE GRADAÇÃO:

? ATÉ 5 FALTAS INJUSTIFICADAS: DIREITO ÀS FÉRIAS INTEGRAIS DE 30 DIAS;

? DE 6 A 14 FALTAS INJUSTIFICADAS: FÉRIAS REDUZIDAS PARA 24 DIAS;

? DE 15 A 23 FALTAS: FÉRIAS DE 18 DIAS;

? DE 24 A 32 FALTAS: FÉRIAS DE 12 DIAS;

? ACIMA DE 32 FALTAS: PERDA TOTAL DO DIREITO ÀS FÉRIAS NAQUELE PERÍODO.

ASSIM, O ITEM II NÃO ESPECIFICA SE A PERDA DO DIREITO ÀS FÉRIAS É TOTAL OU PROPORCIONAL, O QUE GERA UMA INTERPRETAÇÃO DÚBIA. POR UM LADO, PODE-SE ENTENDER QUE A PARTIR DE MAIS DE 10 FALTAS O EMPREGADO PERDE O DIREITO INTEGRAL ÀS FÉRIAS (PERDA TOTAL), O QUE É INCORRETO, POIS A PERDA TOTAL OCORRE APENAS APÓS 32 FALTAS. POR OUTRO LADO, PODE-SE ACEITAR QUE AS FALTAS ACIMA DE 10 DIAS JÁ AFETAM O DIREITO ÀS FÉRIAS NA FORMA PROPORCIONAL, O QUE ESTÁ CORRETO. ESSA AMBIGUIDADE INDUZ O CANDIDATO A ERRO, DIFICULTANDO A AVALIAÇÃO JUSTA DO CONHECIMENTO, ESPECIALMENTE PORQUE O ENUNCIADO NÃO DELIMITA CLARAMENTE O TIPO DE PERDA DO DIREITO ÀS FÉRIAS.

DIANTE DO EXPOSTO, A IMPRECISÃO E A AMBIGUIDADE DOS ITENS I E II PREJUDICAM A AVALIAÇÃO JUSTA E CORRETA PELOS CANDIDATOS.

	<p>SOLICITAÇÃO: DESTE MODO, POR DOIS MOTIVOS PORTANTO REQUER-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, POR AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA ADEQUADA QUE REFLITA A CORRETA APLICAÇÃO DA LEI TRABALHISTA CONFORME ENUNCIADO DA QUESTÃO. ATENCIOSAMENTE, MÔNICA MARCANTE</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:</p> <p>A afirmação 1 é verdadeira pois, de acordo com o art. 457 da CLT, a remuneração compreende não apenas o salário-base, mas também as vantagens habituais que o empregado recebe como contraprestação pelo serviço. Esses valores integram o cálculo de férias, 13º salário e FGTS.</p> <p>A afirmação 2 é falsa pois, segundo o art. 130 da CLT, o empregado só perde o direito às férias se tiver mais de 32 faltas não justificadas no período de 12 meses. Mais de 10 faltas pode reduzir os dias de férias, mas não elimina o direito.</p> <p>A afirmação 3 é verdadeira pois, conforme o art. 445, § único, da CLT, o contrato a termo pode ser prorrogado uma vez e não pode exceder dois anos. Ultrapassado esse limite, o contrato é automaticamente considerado por prazo indeterminado.</p> <p>Portanto o gabarito correto é “apenas os itens I e III estão corretos”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 4</p>	<p>Questão: O controle da Administração Pública consiste na responsabilidade do Estado de supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas por seus órgãos, agentes e entidades, assegurando ainda mecanismos de fiscalização exercidos pelos Poderes Legislativo e Judiciário, além da atuação da sociedade civil no monitoramento dos atos administrativos. Assinale a alternativa correspondente ao órgão de controle que exerce controle externo da Administração Pública por meio da fiscalização da legalidade dos atos administrativos, especialmente no que diz respeito à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos.</p> <p>(A) Ministério Público. (B) Controladoria-Geral da União (CGU). (C) Comissões parlamentares (CPI). (D) Tribunal de Contas da União (TCU).</p> <p>Recurso: À BANCA EXAMINADORA, VENHO POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A REVISÃO DO GABARITO REFERENTE À QUESTÃO Nº 04 QUE ABORDA O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR MEIO DA FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, COM ÊNFASE NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MORALIDADE ADMINISTRATIVA E PROBIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS.</p> <p>QUESTÃO 04 - O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSISTE NA RESPONSABILIDADE DO ESTADO DE SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR SEUS ÓRGÃOS, AGENTES E ENTIDADES, ASSEGURANDO AINDA MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO</p>

EXERCIDOS PELOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, ALÉM DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MONITORAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRESPONDENTE AO ÓRGÃO DE CONTROLE QUE EXERCE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR MEIO DA FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, À MORALIDADE ADMINISTRATIVA E À PROBIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS.

- (A) MINISTÉRIO PÚBLICO.
- (B) CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU).
- (C) COMISSÕES PARLAMENTARES (CPI).
- (D) TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).

ARGUMENTAÇÃO:

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO, APESAR DE SUA FUNDAMENTAL FUNÇÃO COMO FISCAL/GUARDIÃO DA LEI (CUSTOS LEGIS) E DEFENSOR DA ORDEM JURÍDICA, ATUA PREDOMINANTEMENTE NO ÂMBITO JUDICIAL, PROMOVEDO AÇÕES PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E DEFESA DA LEGALIDADE, MAS NÃO EXERCE CONTROLE EXTERNO ADMINISTRATIVO DIRETO, NEM AUDITORIAS OU FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEU ARTIGO 71, DEFINE CLARAMENTE QUE O CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É EXERCIDO PELO PODER LEGISLATIVO COM O AUXÍLIO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS, COMO O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), QUE POSSUI COMPETÊNCIA TÉCNICA E LEGAL PARA FISCALIZAR E JULGAR AS CONTAS PÚBLICAS, GARANTINDO A LEGALIDADE, MORALIDADE E PROBIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

3. A FUNÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) INCLUI A FISCALIZAÇÃO DIRETA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, ANÁLISE DAS CONTAS DO GOVERNO, E ATUAÇÃO COMO ÓRGÃO AUXILIAR DO CONGRESSO NACIONAL PARA O CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME PREVISÃO CONSTITUCIONAL.

4. CONTRADIÇÃO DO PRÓPRIO GABARITO: A BANCA RECONHECEU CORRETAMENTE, EM OUTRA QUESTÃO DA MESMA PROVA, QUE O CONTROLE EXTERNO É EXERCIDO PELO CONGRESSO NACIONAL COM O AUXÍLIO DO TCU.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:

O Ministério Público exerce o controle externo da Administração Pública, sendo responsável por fiscalizar a legalidade dos atos administrativos, sobretudo no que tange à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos. Seu papel é constitucional, estando previsto nos artigos 127 a 130 da Constituição Federal, e é exercido com autonomia, podendo promover ações civis públicas e investigações para garantir os princípios da administração pública.

Análise das alternativas incorretas:

- Tribunal de Contas da União (TCU): embora exerça controle externo, seu foco principal está na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme o artigo 71 da Constituição. A legalidade dos atos administrativos também é observada, mas o Ministério Público atua com maior ênfase na defesa da moralidade e probidade.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Controladoria-Geral da União (CGU): exerce controle interno, auxiliando o Poder Executivo no controle da legalidade e eficiência dos atos administrativos, especialmente no âmbito federal. Portanto, não é controle externo. ● Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI): são instrumentos do Poder Legislativo para investigação de fatos determinados com prazo certo, podendo representar um mecanismo de fiscalização, mas não possuem o caráter permanente e autônomo do Ministério Público no controle externo da Administração. <p>Portanto o gabarito correto é Ministério Público”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 4</p>	<p>Questão: O controle da Administração Pública consiste na responsabilidade do Estado de supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas por seus órgãos, agentes e entidades, assegurando ainda mecanismos de fiscalização exercidos pelos Poderes Legislativo e Judiciário, além da atuação da sociedade civil no monitoramento dos atos administrativos. Assinale a alternativa correspondente ao órgão de controle que exerce controle externo da Administração Pública por meio da fiscalização da legalidade dos atos administrativos, especialmente no que diz respeito à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos.</p> <p>(A) Ministério Público. (B) Controladoria-Geral da União (CGU). (C) Comissões parlamentares (CPI). (D) Tribunal de Contas da União (TCU).</p> <p>Recurso: SOLICITO ANULAÇÃO DA QUESTÃO 4, POR POSSUIR DUAS ALTERNATIVAS CORRETAS. A) MINISTÉRIO PÚBLICO D) TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) A QUESTÃO PEDIA PARA ASSINALAR ?A ALTERNATIVA CORRESPONDENTE AO ÓRGÃO DE CONTROLE QUE EXERCE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR MEIO DA FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, À MORALIDADE ADMINISTRATIVA E À PROBIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS.? SABE-SE QUE AMBOS OS ÓRGÃOS DESEMPENHAM PAPEL FUNDAMENTAL NO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEIXANDO MARGEM PARA MAIS DE UMA RESPOSTA CORRETA DEVIDO À ATUAÇÃO CONJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NA FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. HTTPS://PORTAL.TCU.GOV.BR/CONHECA-O-TCU/COMPETENCIAS-DO-TCU</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:</p> <p>O Ministério Público exerce o controle externo da Administração Pública, sendo responsável por fiscalizar a legalidade dos atos administrativos, sobretudo no que tange à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos. Seu papel é constitucional, estando previsto nos artigos 127 a 130 da Constituição Federal, e é exercido com autonomia,</p>

podendo promover ações civis públicas e investigações para garantir os princípios da administração pública.

Análise das alternativas incorretas:

- Tribunal de Contas da União (TCU): embora exerça controle externo, seu foco principal está na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme o artigo 71 da Constituição. A legalidade dos atos administrativos também é observada, mas o Ministério Público atua com maior ênfase na defesa da moralidade e probidade.
- Controladoria-Geral da União (CGU): exerce controle interno, auxiliando o Poder Executivo no controle da legalidade e eficiência dos atos administrativos, especialmente no âmbito federal. Portanto, não é controle externo.
- Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI): são instrumentos do Poder Legislativo para investigação de fatos determinados com prazo certo, podendo representar um mecanismo de fiscalização, mas não possuem o caráter permanente e autônomo do Ministério Público no controle externo da Administração.

Portanto o gabarito correto é Ministério Público”.

Diante dos argumentos expostos, **RECURSO INDEFERIDO.**

**Contador - questão
4**

Questão:

O controle da Administração Pública consiste na responsabilidade do Estado de supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas por seus órgãos, agentes e entidades, assegurando ainda mecanismos de fiscalização exercidos pelos Poderes Legislativo e Judiciário, além da atuação da sociedade civil no monitoramento dos atos administrativos. Assinale a alternativa correspondente ao órgão de controle que exerce controle externo da Administração Pública por meio da fiscalização da legalidade dos atos administrativos, especialmente no que diz respeito à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos.

- (A) Ministério Público.
- (B) Controladoria-Geral da União (CGU).
- (C) Comissões parlamentares (CPI).
- (D) Tribunal de Contas da União (TCU).

Recurso:

A QUESTÃO DESCREVE AS CARACTERÍSTICAS E A FUNÇÃO DE UM ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FOCANDO NA FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MORALIDADE ADMINISTRATIVA E PROBIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS.

VAMOS ANALISAR AS ALTERNATIVAS:

A) MINISTÉRIO PÚBLICO: O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP), CONFORME O ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

ART. 129. SÃO FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

I - PROMOVER, PRIVATIVAMENTE, A AÇÃO PENAL PÚBLICA, NA FORMA DA LEI;

II - ZELAR PELO EFETIVO RESPEITO DOS PODERES PÚBLICOS E DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PÚBLICA AOS DIREITOS ASSEGURADOS NESTA CONSTITUIÇÃO, PROMOVENDO AS MEDIDAS NECESSÁRIAS A SUA GARANTIA;

III - PROMOVER O INQUÉRITO CIVIL E A AÇÃO CIVIL PÚBLICA, PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL, DO MEIO AMBIENTE E DE OUTROS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS;

IV - PROMOVER A AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE OU REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO DA UNIÃO E DOS ESTADOS, NOS CASOS PREVISTOS NESTA CONSTITUIÇÃO;

V - DEFENDER JUDICIALMENTE OS DIREITOS E INTERESSES DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS;

VI - EXPEDIR NOTIFICAÇÕES NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE SUA COMPETÊNCIA, REQUISITANDO INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS PARA INSTRUI-LOS, NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR RESPECTIVA;

VII - EXERCER O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR MENCIONADA NO ARTIGO ANTERIOR;

VIII - REQUISITAR DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS E A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL, INDICADOS OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DE SUAS MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS;

IX - EXERCER OUTRAS FUNÇÕES QUE LHE FOREM CONFERIDAS, DESDE QUE COMPATÍVEIS COM SUA FINALIDADE, SENDO-LHE VEDADA A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E A CONSULTORIA JURÍDICA DE ENTIDADES PÚBLICAS.

§ 1º - A LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AS AÇÕES CIVIS PREVISTAS NESTE ARTIGO NÃO IMPEDE A DE TERCEIROS, NAS MESMAS HIPÓTESES, SEGUNDO O DISPOSTO NESTA CONSTITUIÇÃO E NA LEI.

§ 2º AS FUNÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO SÓ PODEM SER EXERCIDAS POR INTEGRANTES DA CARREIRA, QUE DEVERÃO RESIDIR NA COMARCA DA RESPECTIVA LOTAÇÃO, SALVO AUTORIZAÇÃO DO CHEFE DA INSTITUIÇÃO.

§ 3º O INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FAR-SE-Á MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS, ASSEGURADA A PARTICIPAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL EM SUA REALIZAÇÃO, EXIGINDO-SE DO BACHAREL EM DIREITO, NO MÍNIMO, TRÊS ANOS DE ATIVIDADE JURÍDICA E OBSERVANDO-SE, NAS NOMEAÇÕES, A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

§ 4º APLICA-SE AO MINISTÉRIO PÚBLICO, NO QUE COUBER, O DISPOSTO NO ART. 93.

§ 5º A DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO SERÁ IMEDIATA.

TEM COMO FUNÇÕES INSTITUCIONAIS A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. ELE ATUA NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, INCLUSIVE POR MEIO DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/92):

ART. 7º SE HOVER INDÍCIOS DE ATO DE IMPROBIDADE, A AUTORIDADE QUE CONHECER DOS FATOS REPRESENTARÁ AO MINISTÉRIO PÚBLICO COMPETENTE, PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

NO ENTANTO, SUA PRINCIPAL FORMA DE CONTROLE É JUDICIAL OU POR MEIO DE INQUÉRITOS CIVIS, E NÃO A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL DE FORMA SISTEMÁTICA. HÁ TAMBÉM O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS, QUE ATUA COMO CUSTOS LEGIS NESSES TRIBUNAIS.

(B) CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU): A CGU É O ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. EMBORA TENHA UM PAPEL FUNDAMENTAL NA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA, SUA ATUAÇÃO É DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, OU SEJA, ELA FISCALIZA A PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PARA A QUAL ESTÁ VINCULADA. A QUESTÃO PEDE UM ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO.

(C) COMISSÕES PARLAMENTARES (CPI): AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CPIS) SÃO INSTRUMENTOS DO PODER LEGISLATIVO PARA INVESTIGAR FATOS DETERMINADOS POR PRAZO CERTO.

ELAS EXERCEM, SIM, CONTROLE EXTERNO, E PODEM INVESTIGAR

CASOS DE CORRUPÇÃO E DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS. CONTUDO, SÃO INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO TEMPORÁRIOS E ESPECÍFICOS, NÃO SENDO O ÓRGÃO PERMANENTE E REGULAR DE FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE DE TODOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS, CONTAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. CONFORME SE OBSERVA NO ART. 58, § 3º, DA CF/88:

ART. 58. O CONGRESSO NACIONAL E SUAS CASAS TERÃO COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS, CONSTITUÍDAS NA FORMA E COM AS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO RESPECTIVO REGIMENTO OU NO ATO DE QUE RESULTAR SUA CRIAÇÃO.

§ 1º NA CONSTITUIÇÃO DAS MESAS E DE CADA COMISSÃO, É ASSEGURADA, TANTO QUANTO POSSÍVEL, A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS PARTIDOS OU DOS BLOCOS PARLAMENTARES QUE PARTICIPAM DA RESPECTIVA CASA.

§ 2º ÀS COMISSÕES, EM RAZÃO DA MATÉRIA DE SUA COMPETÊNCIA, CABE:

I - DISCUTIR E VOTAR PROJETO DE LEI QUE DISPENSAR, NA FORMA DO REGIMENTO, A COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO, SALVO SE HOUVER RECURSO DE UM DÉCIMO DOS MEMBROS DA CASA;

II - REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL;

III - CONVOCAR MINISTROS DE ESTADO PARA PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE ASSUNTOS INERENTES A SUAS ATRIBUIÇÕES;

IV - RECEBER PETIÇÕES, RECLAMAÇÕES, REPRESENTAÇÕES OU QUEIXAS DE QUALQUER PESSOA CONTRA ATOS OU OMISSÕES DAS AUTORIDADES OU ENTIDADES PÚBLICAS;

V - SOLICITAR DEPOIMENTO DE QUALQUER AUTORIDADE OU CIDADÃO;

VI - APRECIAR PROGRAMAS DE OBRAS, PLANOS NACIONAIS, REGIONAIS E SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO E SOBRE ELES EMITIR PARECER.

§ 3º AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO, QUE TERÃO PODERES DE INVESTIGAÇÃO PRÓPRIOS DAS AUTORIDADES JUDICIAIS, ALÉM DE OUTROS PREVISTOS NOS REGIMENTOS DAS RESPECTIVAS CASAS, SERÃO CRIADAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E PELO SENADO FEDERAL, EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE, MEDIANTE REQUERIMENTO DE UM TERÇO DE SEUS MEMBROS, PARA A APURAÇÃO DE FATO DETERMINADO E POR PRAZO CERTO, SENDO SUAS CONCLUSÕES, SE FOR O CASO, ENCAMINHADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA QUE PROMOVA A RESPONSABILIDADE CIVIL OU CRIMINAL DOS INFRATORES.

§ 4º DURANTE O RECESSO, HAVERÁ UMA COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL, ELEITA POR SUAS CASAS NA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO LEGISLATIVO, COM ATRIBUIÇÕES DEFINIDAS NO REGIMENTO COMUM, CUJA COMPOSIÇÃO REPRODUZIRÁ, QUANTO POSSÍVEL, A PROPORCIONALIDADE DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA.

D) TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU): O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) É, DE FATO, O ÓRGÃO QUE MELHOR SE ENCAIXA NA DESCRIÇÃO. CONFORME O ART. 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O TCU EXERCE O CONTROLE EXTERNO DA UNIÃO, AUXILIANDO O CONGRESSO NACIONAL NA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, QUANTO À LEGALIDADE, LEGITIMIDADE, ECONOMICIDADE, APLICAÇÃO DAS SUBVENÇÕES E RENÚNCIA DE RECEITAS. O TCU JULGA AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS POR BENS E VALORES PÚBLICOS, FISCALIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, APRECIAM A LEGALIDADE DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL E DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES, E APLICA SANÇÕES.

ART. 70: "A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL DA UNIÃO E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, QUANTO À LEGALIDADE,

LEGITIMIDADE, ECONOMICIDADE, APLICAÇÃO DAS SUBVENÇÕES E RENÚNCIA DE RECEITAS, SERÁ EXERCIDA PELO CONGRESSO NACIONAL, MEDIANTE CONTROLE EXTERNO, E PELOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DE CADA PODER."

PARÁGRAFO ÚNICO. "PRESTARÁ CONTAS QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PÚBLICA OU PRIVADA, QUE UTILIZE, ARRECADE, GUARDE, GERENCIE OU ADMINISTRE DINHEIROS, BENS E VALORES PÚBLICOS OU PELOS QUAIS A UNIÃO RESPONDA, OU QUE, EM NOME DESTA, ASSUMA OBRIGAÇÕES DE NATUREZA PECUNIÁRIA."

ART. 71: "O CONTROLE EXTERNO, A CARGO DO CONGRESSO NACIONAL, SERÁ EXERCIDO COM O AUXÍLIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, AO QUAL COMPETE:"

"II - JULGAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS POR DINHEIROS, BENS E VALORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INCLUÍDAS AS FUNDAÇÕES E SOCIEDADES INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO FEDERAL, E AS CONTAS DAQUELES QUE DEREM CAUSA A PERDA, EXTRAVIO OU OUTRA IRREGULARIDADE DE QUE RESULTE PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO;"

"IV - REALIZAR, POR INICIATIVA PRÓPRIA, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DO SENADO FEDERAL, DE COMISSÃO TÉCNICA OU DE INQUÉRITO, INSPEÇÕES E AUDITORIAS DE NATUREZA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL, NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO, E DEMAIS ENTIDADES REFERIDAS NO INCISO II;"

"VI - FISCALIZAR A APLICAÇÃO DE QUAISQUER RECURSOS REPASSADOS PELA UNIÃO MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, A ESTADO, AO DISTRITO FEDERAL OU A MUNICÍPIO;"

ESSES ARTIGOS DEIXAM CLARO O PAPEL DO TCU COMO AUXILIAR DO LEGISLATIVO NO CONTROLE EXTERNO, COM AMPLA COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAR A GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A LEGALIDADE DOS ATOS, O QUE ENGLOBA A DEFESA DO PATRIMÔNIO E A PROBIDADE.

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000) TAMBÉM CONFERE AO TCU (E AOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS) PAPEL CENTRAL NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS, O QUE INCLUI A PROBIDADE E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL. A FISCALIZAÇÃO DO TCU É DIRETAMENTE VOLTADA PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, A MORALIDADE ADMINISTRATIVA E A PROBIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS ATRAVÉS DA AUDITORIA E JULGAMENTO DE CONTAS.

CONCLUSÃO: O ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO QUE EXERCE A FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, À MORALIDADE ADMINISTRATIVA E À PROBIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS, É O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).

A ALTERNATIVA CORRETA É A (D) TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:

O Ministério Público exerce o controle externo da Administração Pública, sendo responsável por fiscalizar a legalidade dos atos administrativos, sobretudo no que tange à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos. Seu papel é constitucional, estando previsto nos artigos 127 a 130 da Constituição Federal, e é exercido com autonomia,

	<p>podendo promover ações civis públicas e investigações para garantir os princípios da administração pública.</p> <p>Análise das alternativas incorretas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Contas da União (TCU): embora exerça controle externo, seu foco principal está na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme o artigo 71 da Constituição. A legalidade dos atos administrativos também é observada, mas o Ministério Público atua com maior ênfase na defesa da moralidade e probidade. • Controladoria-Geral da União (CGU): exerce controle interno, auxiliando o Poder Executivo no controle da legalidade e eficiência dos atos administrativos, especialmente no âmbito federal. Portanto, não é controle externo. • Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI): são instrumentos do Poder Legislativo para investigação de fatos determinados com prazo certo, podendo representar um mecanismo de fiscalização, mas não possuem o caráter permanente e autônomo do Ministério Público no controle externo da Administração. <p>Portanto o gabarito correto é “Ministério Público”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 4</p>	<p>Questão: O controle da Administração Pública consiste na responsabilidade do Estado de supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas por seus órgãos, agentes e entidades, assegurando ainda mecanismos de fiscalização exercidos pelos Poderes Legislativo e Judiciário, além da atuação da sociedade civil no monitoramento dos atos administrativos. Assinale a alternativa correspondente ao órgão de controle que exerce controle externo da Administração Pública por meio da fiscalização da legalidade dos atos administrativos, especialmente no que diz respeito à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos.</p> <p>(A) Ministério Público. (B) Controladoria-Geral da União (CGU). (C) Comissões parlamentares (CPI). (D) Tribunal de Contas da União (TCU).</p> <p>Recurso: PEÇO ANULAÇÃO POIS ALTERNATIVAS A E D ESTÃO CORRETAS, (A) MINISTÉRIO PÚBLICO. (D) TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). A LETRA A POR SER EM CONTEXTO GERAL E A D POR SER O EXTERNO</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:</p> <p>O Ministério Público exerce o controle externo da Administração Pública, sendo responsável por fiscalizar a legalidade dos atos administrativos, sobretudo no que tange à defesa do patrimônio público, à moralidade administrativa e à probidade dos agentes públicos. Seu papel é constitucional, estando previsto nos artigos 127 a 130 da Constituição Federal, e é exercido com autonomia,</p>

	<p>podendo promover ações civis públicas e investigações para garantir os princípios da administração pública.</p> <p>Análise das alternativas incorretas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Contas da União (TCU): embora exerça controle externo, seu foco principal está na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme o artigo 71 da Constituição. A legalidade dos atos administrativos também é observada, mas o Ministério Público atua com maior ênfase na defesa da moralidade e probidade. • Controladoria-Geral da União (CGU): exerce controle interno, auxiliando o Poder Executivo no controle da legalidade e eficiência dos atos administrativos, especialmente no âmbito federal. Portanto, não é controle externo. • Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI): são instrumentos do Poder Legislativo para investigação de fatos determinados com prazo certo, podendo representar um mecanismo de fiscalização, mas não possuem o caráter permanente e autônomo do Ministério Público no controle externo da Administração. <p>Portanto o gabarito correto é “Ministério Público”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 6</p>	<p>Questão:</p> <p>Análise as afirmações abaixo sobre Controle das finanças exercido pelo Tribunal de Contas previstos na Constituição federal artigos 169 ao 173:</p> <p>I.O Tribunal de Contas da União possui competência para julgar as contas do Presidente da República, nos termos do artigo 71 da Constituição Federal.</p> <p>II.A Constituição Federal prevê que o controle externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas, deve alcançar não apenas os órgãos da Administração Direta, mas também os entes da Administração Indireta que recebam recursos públicos.</p> <p>III.O artigo 169 da Constituição Federal dispõe que a despesa com pessoal ativo e inativo dos entes federativos não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, cabendo aos Tribunais de Contas a fiscalização do cumprimento desses limites.</p> <p>Após análise, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Apenas os itens II e III estão corretos.</p> <p>(B) Apenas os itens I e II estão corretos.</p> <p>(C) Apenas os itens I e III estão corretos.</p> <p>(D) Os itens I, II e III estão corretos.</p> <p>Recurso:</p> <p>NA QUESTÃO 6 A ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D, POIS TODAS AS ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS.</p> <p>SEGUIE OS MOTIVOS DE TODAS ESTAREM CORRETAS:</p> <p>I. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO POSSUI COMPETÊNCIA PARA JULGAR AS CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NOS TERMOS DO ARTIGO 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.</p> <p>CORRETO.</p> <p>O ARTIGO 71 DA CF/88 ESTABELECE QUE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) APRECIA AS CONTAS PRESTADAS ANUALMENTE PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MEDIANTE PARECER PRÉVIO, QUE DEVE SER ELABORADO EM SESENTA DIAS A CONTAR DE SEU RECEBIMENTO. APESAR DE NÃO "JULGAR" AS CONTAS DE FORMA DEFINITIVA (ISSO CABE AO CONGRESSO NACIONAL), ELE EMITE O PARECER TÉCNICO</p>

	<p>ESSENCIAL AO JULGAMENTO POLÍTICO FEITO PELO LEGISLATIVO.</p> <p>II. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PREVÊ QUE O CONTROLE EXTERNO, EXERCIDO PELO PODER LEGISLATIVO COM O AUXÍLIO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS, DEVE ALCANÇAR NÃO APENAS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, MAS TAMBÉM OS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE RECEBAM RECURSOS PÚBLICOS.</p> <p>CORRETO.</p> <p>O ARTIGO 70 DA CONSTITUIÇÃO AFIRMA QUE O CONTROLE EXTERNO ALCANÇA QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE UTILIZE, ARRECADE, GUARDE, GERENCIE OU ADMINISTRE DINHEIROS, BENS E VALORES PÚBLICOS, INCLUINDO ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ATÉ PARTICULARES QUE RECEBAM RECURSOS PÚBLICOS.</p> <p>III. O ARTIGO 169 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DISPÕE QUE A DESPESA COM PESSOAL ATIVO E INATIVO DOS ENTES FEDERATIVOS NÃO PODERÁ EXCEDER OS LIMITES ESTABELECIDOS EM LEI COMPLEMENTAR, CABENDO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DESSES LIMITES.</p> <p>CORRETO.</p> <p>O ARTIGO 169 DA CF TRATA DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL E PREVÊ QUE ESTES LIMITES SERÃO REGULADOS POR LEI COMPLEMENTAR (COMO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), E QUE OS TRIBUNAIS DE CONTAS SÃO RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE SEU CUMPRIMENTO ENTÃO PEÇO A ALTERAÇÃO DO GABARITO DE A PARA A LETRA D.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir:</p> <p>Análise dos itens da questão:</p> <p>O item I é falso pois o Tribunal de Contas da União aprecia, e não julga, as contas do Presidente da República. Essa função é da Câmara dos Deputados, conforme o art. 49, IX, da Constituição Federal. O TCU apenas emite parecer prévio sobre essas contas (CF, art. 71, I).</p> <p>O Item II é verdadeiro pois o art. 70 da CF determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta será exercida pelo Legislativo, com auxílio do TCU, abrangendo qualquer ente que utilize recursos públicos.</p> <p>O item III é verdadeiro pois o art. 169 da CF trata do limite de gastos com pessoal (ativo e inativo), e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) operacionaliza esses limites. O cumprimento desses limites é objeto de fiscalização dos Tribunais de Contas, como parte do controle externo.</p> <p>Portanto o gabarito correto é “Apenas os itens II e III estão corretos”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 11</p>	<p>Questão:</p> <p>Análise as afirmações abaixo sobre a Lei Federal no 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:</p> <p>I. Estabelece um regime próprio de licitações para as estatais diferente da Lei no 8.666/1993 e também da nova Lei no 14.133/2021.</p> <p>II. Estabelece que as estatais devem adotar práticas de planejamento estratégico e de gestão por resultados.</p> <p>III. Estabelece critérios de responsabilização por atos lesivos ao patrimônio da</p>

empresa ou à Administração Pública.
Após análise, assinale a alternativa correta.
(A) Apenas os itens I e II estão corretos.
(B) Apenas os itens II e III estão corretos.
(C) Apenas os itens I e III estão corretos.
(D) Os itens I, II e III estão corretos.

Recurso:

ALTERNATIVA CORRETA LETRA B-APENAS OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.

O ITEM A ESTA INCORRETO DEVIDO A ALTERNATIVA CORRETA É A (B) APENAS OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS. A LEI Nº 13.303/2016, QUE TRATA DO ESTATUTO JURÍDICO DAS ESTATAIS, ESTABELECE A NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO POR RESULTADOS, ALÉM DE CRITÉRIOS DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS LESIVOS AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA OU À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A LEI NÃO ESTABELECE UM REGIME PRÓPRIO DE LICITAÇÃO DIFERENTE DA LEI Nº 14.133/2021, MAS SIM QUE AS LICITAÇÕES DEVEM SEGUIR OS PRINCÍPIOS DA LEI Nº 14.133/2021, COM ALGUMAS REGRAS ESPECÍFICAS PARA AS ESTATAIS.

ELABORAÇÃO:

ITEM I:

A LEI 13.303/2016 NÃO ESTABELECE UM REGIME PRÓPRIO DE LICITAÇÃO DIFERENTE DA LEI Nº 14.133/2021.

A LEI 13.303/2016, EM SEU ARTIGO 80, ESTABELECE QUE A LICITAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS É REGIDA PELA LEI 14.133/2021, COM AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:

- item I é verdadeiro pois a Lei nº 13.303/2016 estabelece um regime próprio de licitações para as empresas estatais, distinto tanto da antiga Lei nº 8.666/1993 quanto da atual Lei nº 14.133/2021. Ela define modalidades específicas como concorrência, pregão, concurso, leilão e consulta. Esse regime visa dar maior eficiência e flexibilidade às contratações das estatais, sem se submeter às regras gerais da administração direta.
- Item II é verdadeiro pois a Lei determina que as estatais adotem planejamento estratégico, com definição de metas, indicadores e avaliação de desempenho, como forma de melhorar a gestão e alinhar os resultados com o interesse público e a sustentabilidade da empresa.
- item III é verdadeiro pois a norma também estabelece regras claras de responsabilização, inclusive para membros do conselho de administração e da diretoria, por atos que causem danos ao patrimônio da estatal ou à Administração Pública, reforçando mecanismos de governança e integridade.

Portanto o gabarito correto é “os itens I, II e III estão corretos”.

Diante dos argumentos expostos, **RECURSO INDEFERIDO.**

**Contador - questão
12**

Questão:

Analise as afirmações abaixo sobre contratos administrativos:

I.Os contratos administrativos mantêm simetria contratual entre as partes, o que

significa que a Administração Pública e o contratado possuem iguais direitos e obrigações.

II.A interpretação dos contratos administrativos deve privilegiar o interesse público, mesmo que isso implique relativizar disposições típicas dos contratos privados.

III.A formalização do contrato administrativo pode ocorrer verbalmente, desde que o valor envolvido seja compatível com a modalidade de convite.

Após análise, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens II e III estão corretos.

(B) Os itens I, II e III estão corretos.

(C) Apenas os itens I e II estão corretos.

(D) Apenas os itens I e III estão corretos.

Recurso:

A QUESTÃO 12 DEVERIA TER UMA ALTERNATIVA ONDE SOMENTE A AFIRMAÇÃO II FOSSE CORRETA, POIS A ALTERNATIVA III QUE ESTÁ SENDO COLOCADA COMO CORRETA, NÃO É. SEGUE ARGUMENTAÇÃO:

ASSERTIVA É INCORRETA. A FORMALIZAÇÃO DE UM CONTRATO ADMINISTRATIVO NÃO PODE OCORRER VERBALMENTE, MESMO QUE O VALOR ENVOLVIDO SEJA COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE COMPRA DIRETA OU DISPENSA DE LICITAÇÃO. A LEI Nº 14.133/2021 EXIGE A FORMA ESCRITA PARA A FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, COM ALGUMAS EXCEÇÕES ESPECÍFICAS A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI Nº 14.133/2021) ESTABELECE QUE OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DEVEM SER FORMALIZADOS POR ESCRITO, EM INSTRUMENTO OU ATO ADMINISTRATIVO.

PEÇO ANULAÇÃO DA QUESTÃO

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:

- O item I é falso pois uma das principais peculiaridades dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas à Administração Pública, como a alteração unilateral e a rescisão por interesse público. Isso caracteriza a ausência de simetria contratual, pois o contratado está submetido a um regime jurídico diferenciado que visa à supremacia do interesse público.
- Item II é verdadeiro pois segundo a Lei nº 14.133/2021, art. 113, a interpretação dos contratos administrativos deve ser orientada pelos princípios da supremacia do interesse público, probidade, transparência, entre outros. Assim, os contratos administrativos se distinguem dos contratos privados pela finalidade pública e podem ter suas cláusulas interpretadas de forma funcional, voltada ao atendimento do bem coletivo.
- O item III é de fato FALSA pois a formalização do contrato administrativo deve ser obrigatoriamente escrita, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 89, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A exceção à forma escrita existe apenas para contratos de pequenas compras de pronto pagamento, de baixo valor, realizados em regime de entrega imediata, o que não corresponde ao caso típico de contratos administrativos regidos pelas modalidades licitatórias tradicionais.

	<p>Portanto o gabarito correto seria “Apenas o item II está correto”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, a QUESTÃO ANULADA.</p>
<p>Contador - questão 12</p>	<p>Questão: Analise as afirmações abaixo sobre contratos administrativos: I.Os contratos administrativos mantêm simetria contratual entre as partes, o que significa que a Administração Pública e o contratado possuem iguais direitos e obrigações. II.A interpretação dos contratos administrativos deve privilegiar o interesse público, mesmo que isso implique relativizar disposições típicas dos contratos privados. III.A formalização do contrato administrativo pode ocorrer verbalmente, desde que o valor envolvido seja compatível com a modalidade de convite. Após análise, assinale a alternativa correta. (A) Apenas os itens II e III estão corretos. (B) Os itens I, II e III estão corretos. (C) Apenas os itens I e II estão corretos. (D) Apenas os itens I e III estão corretos.</p> <p>Recurso: VAMOS ANALISAR CADA AFIRMAÇÃO SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: I. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS MANTÊM SIMETRIA CONTRATUAL ENTRE AS PARTES, O QUE SIGNIFICA QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONTRATADO POSSUEM IGUAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES. O INCORRETO. UMA DAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS É A CLÁUSULA EXORBITANTE, QUE CONFERE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA UMA POSIÇÃO DE SUPREMACIA (VERTICALIDADE) EM RELAÇÃO AO PARTICULAR CONTRATADO. ISSO SIGNIFICA QUE NÃO HÁ SIMETRIA OU IGUALDADE DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, POIS A ADMINISTRAÇÃO DETÉM PRERROGATIVAS COMO A ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO, RESCISÃO UNILATERAL, FISCALIZAÇÃO, APLICAÇÃO DE PENALIDADES, ETC., SEMPRE VISANDO O INTERESSE PÚBLICO, NÃO HAVENDO UM ARTIGO ÚNICO QUE DIGA "NÃO HÁ SIMETRIA", MAS A CARACTERÍSTICA É AMPLAMENTE RECONHECIDA NA DOUTRINA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E IMPLICITAMENTE NAS LEIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A LEI Nº 8.666/93 (ART. 58) E A LEI Nº 14.133/2021 (ART. 104) ELENCAM ESSAS PRERROGATIVAS. II. A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DEVE PRIVILEGIAR O INTERESSE PÚBLICO, MESMO QUE ISSO IMPLIQUE RELATIVIZAR DISPOSIÇÕES TÍPICAS DOS CONTRATOS PRIVADOS. ? CORRETO. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO É BASILAR NO DIREITO ADMINISTRATIVO E SE REFLETE DIRETAMENTE NA INTERPRETAÇÃO E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. AS CLÁUSULAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SÃO INTERPRETADAS À LUZ DA FINALIDADE PÚBLICA, E AS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁUSULAS EXORBITANTES) SÃO JUSTIFICADAS POR ESSA BUSCA DO INTERESSE DA COLETIVIDADE. EMBORA NÃO HAJA UM ARTIGO QUE DIGA "INTERPRETAR EM FAVOR DO INTERESSE PÚBLICO", TODOS OS ARTIGOS DAS LEIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (EX: LEI 14.133/2021, ART. 5º - "NA APLICAÇÃO DESTA LEI, SERÃO OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO..." E O PRÓPRIO ART. 104 QUE TRATA DAS PRERROGATIVAS) SÃO FUNDAMENTADOS NESSE PRINCÍPIO. III. A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PODE OCORRER VERBALMENTE, DESDE QUE O VALOR ENVOLVIDO SEJA COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE CONVITE.</p>

? INCORRETO. A REGRA GERAL NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS É A FORMA ESCRITA. A LEI Nº 8.666/93 (E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, LEI Nº 14.133/2021) EXIGE A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO POR ESCRITO, COM EXCEÇÃO DE PEQUENOS VALORES PARA PRONTA ENTREGA, QUE PODEM SER FEITOS COM RECIBO (DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR), OU EM SITUAÇÕES MUITO ESPECÍFICAS E DE BAIXÍSSIMO VALOR QUE A PRAXE ADMINISTRATIVA PERMITE REGISTRO SIMPLIFICADO. A MODALIDADE "CONVITE" (NA LEI 8.666/93) OU "CONTRATAÇÕES DIRETAS POR PEQUENO VALOR" (NA LEI 14.133/2021) NÃO DISPENSA A FORMA ESCRITA DO CONTRATO, SALVO AS EXCEÇÕES DE VALOR ÍNFIMO PARA PRONTA ENTREGA/PAGAMENTO IMEDIATO. O VALOR COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE CONVITE (OU DISPENSAS DE PEQUENO VALOR) AINDA EXIGE A FORMALIZAÇÃO ESCRITA, SEJA POR INSTRUMENTO DE CONTRATO OU POR OUTROS INSTRUMENTOS HÁBEIS, COMO NOTA DE EMPENHO.

O LEI Nº 8.666/93:

? ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO: "É NULO E DE NENHUM EFEITO O CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO, SALVO O DE PEQUENAS COMPRAS DE PRONTO PAGAMENTO, ASSIM ENTENDIDAS AQUELAS DE VALOR NÃO SUPERIOR A 5% (CINCO POR CENTO) DO LIMITE ESTABELECIDO NO ART. 23, INCISO II, ALÍNEA "A" DESTA LEI, FEITAS EM REGIME DE ADIANTAMENTO."

? NOTA: O "CONVITE" ERA UMA MODALIDADE DE LICITAÇÃO COM LIMITES DE VALOR MAIORES DO QUE ESSES 5% PARA COMPRAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O LEI Nº 14.133/2021:

? ART. 95: "O INSTRUMENTO DE CONTRATO É OBRIGATÓRIO, SALVO NAS SEGUINTE HIPÓTESES, EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ SUBSTITUÍ-LO POR OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL, COMO CARTA-CONTRATO, NOTA DE EMPENHO DE DESPESA, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO:

? I - DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR;

? II - COMPRAS COM ENTREGA IMEDIATA E INTEGRAL DOS BENS ADQUIRIDOS E DOS QUAIS NÃO RESULTEM OBRIGAÇÕES FUTURAS, INCLUSIVE QUANTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INDEPENDENTEMENTE DE SEU VALOR."

O COMENTÁRIO: A REGRA GERAL É A FORMA ESCRITA. O CONTRATO VERBAL É NULO, COM EXCEÇÃO DE PEQUENAS COMPRAS DE PRONTO PAGAMENTO. A MODALIDADE DE CONVITE (OU AS DISPENSAS DE VALOR NA NOVA LEI) NÃO PERMITE A FORMALIZAÇÃO VERBALMENTE, MAS SIM A SUBSTITUIÇÃO DO "TERMO DE CONTRATO" POR OUTROS INSTRUMENTOS ESCRITOS (NOTA DE EMPENHO, ETC.). PORTANTO, A AFIRMAÇÃO É INCORRETA.

PORTANTO, APENAS O ITEM II É CORRETO. SE NÃO HÁ UMA OPÇÃO QUE DIGA "APENAS O ITEM II ESTÁ CORRETO", A QUESTÃO É FALHA.

NO ENTANTO, O ENUNCIADO PEDE PARA "ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA". COMO A ÚNICA AFIRMAÇÃO CORRETA É A II, E NÃO HÁ UMA OPÇÃO QUE DIGA "APENAS O ITEM II ESTÁ CORRETO", NENHUMA DAS ALTERNATIVAS FORNECIDAS É A RESPOSTA CORRETA COM BASE NA ANÁLISE RIGOROSA DOS ITENS.

SE ESTE É UM TESTE DE MÚLTIPLA ESCOLHA E UMA ÚNICA RESPOSTA É ESPERADA, PODE HAVER UM ERRO NA QUESTÃO OU NAS ALTERNATIVAS. PARA FINS DE RESPOSTA, O ITEM II É O ÚNICO CORRETO.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir:
Análise dos itens da questão:

	<ul style="list-style-type: none"> • O item I é falso pois uma das principais peculiaridades dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas à Administração Pública, como a alteração unilateral e a rescisão por interesse público. Isso caracteriza a ausência de simetria contratual, pois o contratado está submetido a um regime jurídico diferenciado que visa à supremacia do interesse público. • Item II é verdadeiro pois segundo a Lei nº 14.133/2021, art. 113, a interpretação dos contratos administrativos deve ser orientada pelos princípios da supremacia do interesse público, probidade, transparência, entre outros. Assim, os contratos administrativos se distinguem dos contratos privados pela finalidade pública e podem ter suas cláusulas interpretadas de forma funcional, voltada ao atendimento do bem coletivo. • O item III é de fato FALSA pois a formalização do contrato administrativo deve ser obrigatoriamente escrita, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 89, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A exceção à forma escrita existe apenas para contratos de pequenas compras de pronto pagamento, de baixo valor, realizados em regime de entrega imediata, o que não corresponde ao caso típico de contratos administrativos regidos pelas modalidades licitatórias tradicionais. <p>Portanto o gabarito correto seria “Apenas o item II está correto”.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, a QUESTÃO ANULADA.</p>
<p>Contador - questão 12</p>	<p>Questão: Analise as afirmações abaixo sobre contratos administrativos: I.Os contratos administrativos mantêm simetria contratual entre as partes, o que significa que a Administração Pública e o contratado possuem iguais direitos e obrigações. II.A interpretação dos contratos administrativos deve privilegiar o interesse público, mesmo que isso implique relativizar disposições típicas dos contratos privados. III.A formalização do contrato administrativo pode ocorrer verbalmente, desde que o valor envolvido seja compatível com a modalidade de convite. Após análise, assinale a alternativa correta. (A) Apenas os itens II e III estão corretos. (B) Os itens I, II e III estão corretos. (C) Apenas os itens I e II estão corretos. (D) Apenas os itens I e III estão corretos.</p> <p>Recurso: À BANCA EXAMINADORA, VENHO, RESPEITOSAMENTE, POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A REVISÃO DO GABARITO DA QUESTÃO QUE TRATA DAS CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, EM ESPECIAL A AFIRMATIVA III: QUESTÃO 12 - ANALISE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: I. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS MANTÊM SIMETRIA CONTRATUAL ENTRE AS PARTES, O QUE SIGNIFICA QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONTRATADO POSSUEM IGUAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES. II. A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DEVE PRIVILEGIAR O INTERESSE PÚBLICO, MESMO QUE ISSO IMPLIQUE RELATIVIZAR DISPOSIÇÕES TÍPICAS DOS CONTRATOS PRIVADOS. III. A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PODE OCORRER VERBALMENTE, DESDE QUE O VALOR ENVOLVIDO SEJA COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE CONVITE. APÓS ANÁLISE, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (A) APENAS OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS. (B) OS ITENS I, II E III ESTÃO CORRETOS. (C)</p>

APENAS OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS. (D) APENAS OS ITENS I E III ESTÃO CORRETOS. ANÁLISE DOS ITENS: I. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS MANTÊM SIMETRIA CONTRATUAL ENTRE AS PARTES, O QUE SIGNIFICA QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONTRATADO POSSUEM IGUAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES. ESTA AFIRMATIVA ESTÁ INCORRETA. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SÃO MARCADOS PELA ASSIMETRIA CONTRATUAL, DECORRENTE DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DETÉM PRERROGATIVAS ESPECÍFICAS COMO A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO, FISCALIZAÇÃO MAIS RIGOROSA, APLICAÇÃO DE SANÇÕES E RESCISÃO ADMINISTRATIVA, PRERROGATIVAS ESTAS QUE NÃO SÃO COMPARTILHADAS IGUALMENTE PELO CONTRATADO. ESSA ASSIMETRIA É ESSENCIAL PARA GARANTIR O INTERESSE PÚBLICO E A EFICÁCIA ADMINISTRATIVA, DIFERENTEMENTE DOS CONTRATOS ENTRE PARTICULARES, QUE SÃO REGIDOS PELO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE E SIMETRIA ENTRE AS PARTES. II. A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DEVE PRIVILEGIAR O INTERESSE PÚBLICO, MESMO QUE ISSO IMPLIQUE RELATIVIZAR DISPOSIÇÕES TÍPICAS DOS CONTRATOS PRIVADOS. ESTA AFIRMATIVA ESTÁ CORRETA. A DOUTRINA E A JURISPRUDÊNCIA SÃO UNÂNIMES AO AFIRMAR QUE A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DEVE SEMPRE PRIVILEGIAR O INTERESSE PÚBLICO, PODENDO FLEXIBILIZAR OU RELATIVIZAR NORMAS E PRINCÍPIOS COMUNS AOS CONTRATOS PRIVADOS PARA ASSEGURAR A FINALIDADE PÚBLICA E A EFICIÊNCIA DO CONTRATO. III. A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PODE OCORRER VERBALMENTE, DESDE QUE O VALOR ENVOLVIDO SEJA COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE CONVITE. ESTA AFIRMATIVA ESTÁ INCORRETA. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, EM ESPECIAL A LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) E A ANTIGA LEI Nº 8.666/93, EXIGE QUE A FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SEJA REALIZADA POR ESCRITO, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR OU DA MODALIDADE LICITATÓRIA. A FORMALIZAÇÃO ESCRITA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR SEGURANÇA JURÍDICA, TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E POSSIBILIDADE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO SENDO PERMITIDA FORMALIZAÇÃO VERBAL PARA CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, E MAIS, A NOVA LEI DE LICITAÇÕES EXTINGUIU A MODALIDADE ?CONVITE? OU SEJA, TEM UM DUPLO ERRO NA AFIRMAÇÃO.

CONCLUSÃO: COM BASE NAS ANÁLISES ACIMA, CONCLUI-SE QUE: ? APENAS O ITEM II ESTÁ CORRETO; ? OS ITENS I E III ESTÃO INCORRETOS. CONTUDO, NENHUMA DAS ALTERNATIVAS APRESENTADAS NA QUESTÃO CONTEMPLA ESSA POSSIBILIDADE, POIS: ? (A) CONSIDERA OS ITENS II E III CORRETOS (III ESTÁ INCORRETO); ? (B) CONSIDERA TODOS OS ITENS CORRETOS (I E III ESTÃO INCORRETOS); ? (C) CONSIDERA OS ITENS I E II CORRETOS (I ESTÁ INCORRETO); ? (D) CONSIDERA OS ITENS I E III CORRETOS (AMBOS INCORRETOS).

DIANTE DISSO, VERIFICA-SE QUE A QUESTÃO APRESENTA FALHA NAS ALTERNATIVAS, POIS A ÚNICA AFIRMATIVA CORRETA É O ITEM II, O QUE NÃO ESTÁ CONTEMPLADO NAS OPÇÕES. SOLICITAÇÃO: SOLICITO A REVISÃO DO GABARITO DA QUESTÃO, RECONHECENDO QUE O ÚNICO ITEM CORRETO É O II, E QUE A ALTERNATIVA CORRETA, PORTANTO, DEVERIA SER AQUELA QUE APRESENTASSE APENAS O ITEM II COMO VERDADEIRO. SOLICITO QUE SEJA CONSIDERADA A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA CORRETA COMPATÍVEL COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca

elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir:
Análise dos itens da questão:

- O item I é falso pois uma das principais peculiaridades dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas à Administração Pública, como a alteração unilateral e a rescisão por interesse público. Isso caracteriza a ausência de simetria contratual, pois o contratado está submetido a um regime jurídico diferenciado que visa à supremacia do interesse público.
- Item II é verdadeiro pois segundo a Lei nº 14.133/2021, art. 113, a interpretação dos contratos administrativos deve ser orientada pelos princípios da supremacia do interesse público, probidade, transparência, entre outros. Assim, os contratos administrativos se distinguem dos contratos privados pela finalidade pública e podem ter suas cláusulas interpretadas de forma funcional, voltada ao atendimento do bem coletivo.
- O item III é de fato FALSA pois a formalização do contrato administrativo deve ser obrigatoriamente escrita, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 89, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A exceção à forma escrita existe apenas para contratos de pequenas compras de pronto pagamento, de baixo valor, realizados em regime de entrega imediata, o que não corresponde ao caso típico de contratos administrativos regidos pelas modalidades licitatórias tradicionais.

Portanto o gabarito correto seria “Apenas o item II está correto”.

Diante dos argumentos expostos, a **QUESTÃO ANULADA**.

**Contador - questão
12**

Questão:

Analise as afirmações abaixo sobre contratos administrativos:

I.Os contratos administrativos mantêm simetria contratual entre as partes, o que significa que a Administração Pública e o contratado possuem iguais direitos e obrigações.

II.A interpretação dos contratos administrativos deve privilegiar o interesse público, mesmo que isso implique relativizar disposições típicas dos contratos privados.

III.A formalização do contrato administrativo pode ocorrer verbalmente, desde que o valor envolvido seja compatível com a modalidade de convite.

Após análise, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens II e III estão corretos.

(B) Os itens I, II e III estão corretos.

(C) Apenas os itens I e II estão corretos.

(D) Apenas os itens I e III estão corretos.

Recurso:

SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO 12, POR NÃO POSSUIR ALTERNATIVA CORRETA. A BANCA CLASSIFICA A ALTERNATIVA A COMO CORRETA ((A) APENAS OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.) VEJAMOS OS ITENS II E III: II.A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DEVE PRIVILEGIAR O INTERESSE PÚBLICO, MESMO QUE ISSO IMPLIQUE RELATIVIZAR DISPOSIÇÕES TÍPICAS DOS CONTRATOS PRIVADOS. III.A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PODE OCORRER VERBALMENTE, DESDE QUE O VALOR ENVOLVIDO SEJA COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE CONVITE. O ITEM II É INQUESTIONÁVEL, ESTÁ CORRETO. CONTUDO, O ITEM III TRATA DA LEI 8666/1993, QUE REGIA A MODALIDADE CONVITE E FOI REVOGADA PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES N. 14133/2021. LEI ESTA, QUE ALÉM DE REVOGADA, NEM ESTAVA PREVISTA EM EDITAL.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:

- O item I é falso pois uma das principais peculiaridades dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas à Administração Pública, como a alteração unilateral e a rescisão por interesse público. Isso caracteriza a ausência de simetria contratual, pois o contratado está submetido a um regime jurídico diferenciado que visa à supremacia do interesse público.
- Item II é verdadeiro pois segundo a Lei nº 14.133/2021, art. 113, a interpretação dos contratos administrativos deve ser orientada pelos princípios da supremacia do interesse público, probidade, transparência, entre outros. Assim, os contratos administrativos se distinguem dos contratos privados pela finalidade pública e podem ter suas cláusulas interpretadas de forma funcional, voltada ao atendimento do bem coletivo.
- O item III é de fato FALSA pois a formalização do contrato administrativo deve ser obrigatoriamente escrita, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 89, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A exceção à forma escrita existe apenas para contratos de pequenas compras de pronto pagamento, de baixo valor, realizados em regime de entrega imediata, o que não corresponde ao caso típico de contratos administrativos regidos pelas modalidades licitatórias tradicionais.

Portanto o gabarito correto seria “Apenas o item II está correto”.

Diante dos argumentos expostos, a **QUESTÃO ANULADA**.

**- Contador -
questão 12****Questão:**

Analise as afirmações abaixo sobre contratos administrativos:

I. Os contratos administrativos mantêm simetria contratual entre as partes, o que significa que a Administração Pública e o contratado possuem iguais direitos e obrigações.

II. A interpretação dos contratos administrativos deve privilegiar o interesse público, mesmo que isso implique relativizar disposições típicas dos contratos privados.

III. A formalização do contrato administrativo pode ocorrer verbalmente, desde que o valor envolvido seja compatível com a modalidade de convite.

Após análise, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens II e III estão corretos.

(B) Os itens I, II e III estão corretos.

(C) Apenas os itens I e II estão corretos.

(D) Apenas os itens I e III estão corretos.

Recurso:

PREZADA BANCA EXAMINADORA, COM RELAÇÃO A ESTA QUESTÃO, SOLICITO ANULAÇÃO, POIS A MESMA MARCA COMO ALTERNATIVA CORRETA LETRA A ONDE OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS, SENDO QUE O ITEM III AFIRMA: "III. A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PODE OCORRER VERBALMENTE, DESDE QUE O VALOR ENVOLVIDO SEJA COMPATÍVEL COM A MODALIDADE DE CONVITE." OCORRE QUE A LEI 8.666/93 FOI REVOGADA SENDO A MESMA SUBSTITUÍDA PELA 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021 A QUAL A MODALIDADE CONVITE FOI EXTINTA, PORTANTO GEROU CONFUSÃO

PARA A RESPOSTA CORRETA. ATENCIOSAMENTE,

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir: Análise dos itens da questão:

- O item I é falso pois uma das principais peculiaridades dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas à Administração Pública, como a alteração unilateral e a rescisão por interesse público. Isso caracteriza a ausência de simetria contratual, pois o contratado está submetido a um regime jurídico diferenciado que visa à supremacia do interesse público.
- Item II é verdadeiro pois segundo a Lei nº 14.133/2021, art. 113, a interpretação dos contratos administrativos deve ser orientada pelos princípios da supremacia do interesse público, probidade, transparência, entre outros. Assim, os contratos administrativos se distinguem dos contratos privados pela finalidade pública e podem ter suas cláusulas interpretadas de forma funcional, voltada ao atendimento do bem coletivo.
- O item III é de fato FALSA pois a formalização do contrato administrativo deve ser obrigatoriamente escrita, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 89, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A exceção à forma escrita existe apenas para contratos de pequenas compras de pronto pagamento, de baixo valor, realizados em regime de entrega imediata, o que não corresponde ao caso típico de contratos administrativos regidos pelas modalidades licitatórias tradicionais.

Portanto o gabarito correto seria “Apenas o item II está correto”.

Diante dos argumentos expostos, a **QUESTÃO ANULADA**.

**Contador - questão
17**

Questão:

O controle externo da Administração trata-se de uma forma de fiscalização independente que visa garantir a legalidade e economicidade dos atos governamentais. Considerando esse conceito e os mecanismos institucionais que o viabilizam, assinale a alternativa correta.

(A) O controle externo é exercido pelo Poder Executivo, por meio da Controladoria-Geral da União, tendo como foco principal a avaliação dos programas de governo.

(B) O controle externo é uma forma de fiscalização popular direta, realizada por meio de audiências públicas e consultas populares previstas na LRF.

(C) O controle externo é de competência exclusiva do Tribunal de Contas, que possui poder jurisdicional para julgar atos administrativos praticados pelos gestores públicos.

(D) O controle externo, no âmbito da União, é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, nos termos da Constituição Federal.

Recurso:

QUESTÃO 17: O CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO TRATA-SE DE UMA FORMA DE FISCALIZAÇÃO INDEPENDENTE QUE VISA GARANTIR A LEGALIDADE E ECONOMICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS. CONSIDERANDO ESSE CONCEITO E OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS QUE O VIABILIZAM, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. GABARITO CONSIDERADO CORRETO: LETRA D - "O CONTROLE EXTERNO, NO ÂMBITO DA UNIÃO, É EXERCIDO PELO CONGRESSO NACIONAL, COM O

	<p>AUXÍLIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL." ESSE ENUNCIADO É COMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO E CONFIRMA QUE A BANCA TEM CONSCIÊNCIA DA DEFINIÇÃO CONSTITUCIONAL CORRETA. ENTRETANTO, NA QUESTÃO ANTERIOR, AO ATRIBUIR COMO CORRETA A ALTERNATIVA (A) ? QUE DEFINE O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO ?, A BANCA SE CONTRADIZ, GERANDO INSEGURANÇA JURÍDICA E PREJUÍZO DIRETO AOS CANDIDATOS QUE RESPONDERAM COM BASE NA INTERPRETAÇÃO LITERAL E SISTEMÁTICA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONCLUSÃO: DIANTE DO EXPOSTO, A ALTERNATIVA CORRETA PARA A QUESTÃO É A LETRA (D) TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), E NÃO A LETRA (A) MINISTÉRIO PÚBLICO, CONFORME CONSTA NO GABARITO PRELIMINAR.</p> <p>SOLICITO, PORTANTO, A REVISÃO DO GABARITO PARA REFLETIR O CORRETO ENTENDIMENTO JURÍDICO E CONSTITUCIONAL.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada pelo candidato, a banca elaboradora informa que o recurso não assiste, pelos motivos expostos a seguir:</p> <p>Conforme o art. 71 da Constituição Federal de 1988, o controle externo da Administração Pública no âmbito federal é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual atua como órgão técnico responsável por fiscalizar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão dos recursos públicos. Esse modelo se reproduz nos Estados e Municípios, por meio das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, com o auxílio dos respectivos Tribunais ou Conselhos de Contas, conforme os arts. 75 e 31 da Constituição. O controle externo é essencial para garantir a transparência, prevenir irregularidades, avaliar o desempenho da Administração e assegurar a correta aplicação do dinheiro público, reforçando os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e responsabilidade fiscal.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 22</p>	<p>Questão: Ao longo do Vale do Côa, representações de auroques, cavalos selvagens e outras criaturas foram esculpidas nos afloramentos de xisto. Sintaticamente, é correto afirmar que, nesta frase: (A) "ao longo do Vale do Côa" representa o adjunto adnominal que auxilia na constituição do predicado. (B) "nos afloramentos de xisto" é o objeto indireto da locução verbal "foram esculpidas". (C) "representações" é o núcleo do sujeito simples da oração. (D) "cavalos selvagens e outras criaturas" constituem o sujeito composto por haver mais de um núcleo.</p> <p>Recurso: ALTERNATIVA CORRETA LETRA D, SEGUE EXPLICAÇÃO EXPLICAÇÃO DE CADA ALTERNATIVA: (A) "AO LONGO DO VALE DO CÔA" REPRESENTA O ADJUNTO ADNOMINAL QUE AUXILIA NA CONSTITUIÇÃO DO PREDICADO. ? ERRADO. A EXPRESSÃO "AO LONGO DO VALE DO CÔA" É UM ADJUNTO ADVERBIAL DE LUGAR, NÃO UM ADJUNTO ADNOMINAL. O ADJUNTO ADNOMINAL SE REFERE A UM SUBSTANTIVO, ENQUANTO O ADJUNTO ADVERBIAL SE REFERE A UM VERBO, ADJETIVO OU OUTRO ADVÉRBIO, INDICANDO CIRCUNSTÂNCIAS DE TEMPO, LUGAR, MODO, ETC. (B) "NOS AFLORAMENTOS DE XISTO" É O OBJETO INDIRETO DA LOCUÇÃO VERBAL "FORAM ESCULPIDAS". ? ERRADO. A EXPRESSÃO "NOS AFLORAMENTOS DE XISTO" É UM ADJUNTO ADVERBIAL DE LUGAR, NÃO UM OBJETO INDIRETO. O OBJETO INDIRETO SERIA INTRODUZIDO POR</p>

UMA PREPOSIÇÃO E SE REFERIRIA AO VERBO DE FORMA MAIS DIRETA. (C) "REPRESENTAÇÕES" É O NÚCLEO DO SUJEITO SIMPLES DA ORAÇÃO. ? ERRADO. "REPRESENTAÇÕES" É O NÚCLEO DO SUJEITO COMPOSTO (PORQUE É ACOMPANHADO DE OUTROS ELEMENTOS QUE COMPLETAM A IDEIA DO SUJEITO). O SUJEITO DA ORAÇÃO É COMPOSTO POR "REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS". (D) "CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS" CONSTITUEM O SUJEITO COMPOSTO POR HAVER MAIS DE UM NÚCLEO. ? CORRETO. A PARTE "CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS" É O SUJEITO COMPOSTO, POIS POSSUI DOIS NÚCLEOS: "CAVALOS" E "CRIATURAS". ESSES NÚCLEOS, JUNTOS, FORMAM O SUJEITO COMPOSTO, QUE EXERCE A AÇÃO DE "FORAM ESCULPIDAS". CONCLUSÃO: A ALTERNATIVA CORRETA É: ? (D) "CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS" CONSTITUEM O SUJEITO COMPOSTO POR HAVER MAIS DE UM NÚCLEO.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato(a), a Banca Elaboradora informa que o recurso não assiste ao recorrente, pelos motivos apresentados abaixo:

Vejamos a questão e seus fundamentos.

Coloquemos a frase no sistema SVCA: Sujeito, Verbo, Complemento, Acessório

REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS foram esculpidas nos afloramentos de xisto ao longo do Vale do Côa.

o **sujeito** é:

“REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, CAVALOS SELVAGENS E OUTRAS CRIATURAS”

e o **núcleo do sujeito** é:

“REPRESENTAÇÕES”, um termo principal, livre de conectivos como preposições.

PERGUNTA AO VERBO: **QUEM foram esculpidas nos afloramentos de xisto ao longo do Vale do Côa?**

RESPOSTA: REPRESENTAÇÕES DE AUROQUES, (DE) CAVALOS SELVAGENS E (DE) OUTRAS CRIATURAS

O **NÚCLEO DO SUJEITO** é sempre o SUBSTANTIVO PRINCIPAL ao redor do qual se organizam os complementos ou modificadores. No caso, *“de auroques, cavalos selvagens e outras criaturas”* é **COMPLEMENTO NOMINAL** que especifica o tipo de representações — logo, **NÃO** é o

	<p>núcleo. O termo central é “REPRESENTAÇÕES”, que está no plural e concorda com o verbo “<i>FORAM ESCULPIDAS</i>”.</p> <p>REFERÊNCIAS:</p> <p>VOLP - ABL. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.</p> <p>ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.</p> <p>TUFANO, Douglas. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Moderna, 2016.</p> <p>As demais alternativas encontram-se ERRADAS.</p> <p>Portanto, o gabarito divulgado É O CORRETO. RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Contador - questão 26</p>	<p>Questão:</p> <p>A fundação tem usado um método conhecido como retrocruzamento para combinar raças de gado no sul da Europa que ainda mantêm algumas das características de seus ancestrais auroques: grande estatura, pernas longas, constituição esbelta e grandes chifres curvados para a frente.</p> <p>A partir do trecho fornecido, identifique a alternativa cuja construção respeita plenamente as normas de concordância nominal exigidas pela linguagem culta da língua portuguesa.</p> <p>(A) A substituição de "grandes chifres curvados" por "grande chifre curvado" não afeta a correção gramatical da frase, pois se trata de um uso genérico e indefinido.</p> <p>(B) A forma "perna longa" mantém coerência com "raças de gado" e, por isso, a forma plural em "pernas longas" não seria obrigatória.</p> <p>(C) A descrição das características dos bovinos contempla formas femininas e plurais coerentes com os núcleos, como em "grande estatura" e "pernas longas", demonstrando domínio da concordância nominal.</p> <p>(D) A forma "esbeltos" pode ser substituída em relação àquela registrada no texto, para concordar com a expressão anterior "seus ancestrais auroques".</p> <p>Recurso:</p> <p>A QUESTÃO POSSUI MAIS DE UMA ALTERNATIVA CORRETA, SENDO QUE O USO GENÉRICO E INDEFINIDO, NO CASO, NÃO AFETA A COERÊNCIA DA GRAMÁTICA CONFORME A ALTERNATIVA "A".</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>CONT. PROG. - Concordância nominal</p> <p>TEXTO - A fundação tem usado um método conhecido como retrocruzamento para combinar raças de gado no sul da Europa que ainda mantêm algumas das características de seus ancestrais auroques: grande estatura, pernas longas, constituição esbelta e grandes chifres curvados para a frente.</p> <p>COMANDO - A partir do trecho fornecido, identifique a alternativa cuja construção respeita plenamente as normas de concordância nominal exigidas pela linguagem culta da língua portuguesa.</p> <p>A descrição das características dos bovinos contempla formas femininas e plurais coerentes com os núcleos, como em “grande estatura” e “pernas</p>

	<p>longas”, demonstrando domínio da concordância nominal.</p> <p>CERTO - O adjetivo “grande” concorda com “estatura” (feminino singular), e “longas” com “pernas” (feminino plural). Da mesma forma, os adjetivos “curvados” e “grandes” concordam com “chifres” (masculino plural), respeitando com exatidão a norma-padrão da concordância nominal.</p> <p>A forma “esbeltos” pode ser substituída em relação àquela registrada no texto, para concordar com a expressão anterior “seus ancestrais auroques”.</p> <p>ERRADO - A alternativa B está errada porque “esbelta” concorda corretamente com o substantivo feminino “constituição”, que é o termo que ela qualifica. A sugestão de substituí-la por “esbeltos”, para concordar com “ancestrais auroques”, está equivocada, já que o adjetivo não se refere a “ancestrais”, mas a uma das características listadas. Assim, alterar a forma para o masculino plural violaria a concordância nominal exigida pela norma culta.</p> <p>Errado – Embora a frase ainda fosse gramaticalmente correta, a alteração modifica o número (de plural para singular), o que quebra a correspondência com o restante da enumeração, comprometendo a coesão descritiva do trecho.</p> <p>A forma “perna longa” mantém coerência com “raças de gado” e, por isso, a forma plural em “pernas longas” não seria obrigatória.</p> <p>Errado – A enumeração exige que “pernas” esteja no plural para manter paralelismo com os demais itens da série. Além disso, não há justificativa sintática nem semântica para o uso do singular nesse contexto.</p> <p>REFERÊNCIAS:</p> <p>VOLP - ABL. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.</p> <p>ROCHA Lima, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.</p> <p>TUFANO, Douglas. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Moderna, 2016.</p> <p>Portanto, o gabarito divulgado É O CORRETO.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO</p>
<p>Contador - questão 35</p>	<p>Questão:</p> <p>Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?</p> <p>(A) 4 pintores. (B) 2 pintores. (C) 5 pintores. (D) 3 pintores.</p> <p>Recurso:</p> <p>A QUESTÃO 35 NÃO POSSUI ALTERNATIVA VÁLIDA.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>

	<p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Contador - questão 35</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 4 pintores. (B) 2 pintores. (C) 5 pintores. (D) 3 pintores.</p> <p>Recurso: BOM DIA, SEGUE CALCULO PARA DESCREVER O MOTIVO DE NÃO TER RESPOSTA CORRETA NAS ALTERNATIVAS.E MESMO QUE A QUESTÃO ESTEJA SOMANDO OS 4 PINTORES JÁ CONTRATADOS A RESPOSTA MAIS CORRETA SERIA ALTERNATIVA C. ETAPA 1: CALCULAR A QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE TRABALHO NECESSÁRIAS INICIALMENTE, A EQUIPE TEM: 4 PINTORES TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA DURANTE 8 DIAS TOTAL DE HORAS DE TRABALHO NECESSÁRIAS: HORAS TOTAIS = 4 PINTORES × 6 HORAS/DIA × 8 DIAS = 192 HORAS DE TRABALHO HORAS TOTAIS=4 PINTORES×6 HORAS/DIA×8 DIAS=192 HORAS DE TRABALHO ETAPA 2: CALCULAR QUANTOS PINTORES SÃO NECESSÁRIOS COM NOVA CARGA HORÁRIA AGORA O DONO QUER: CONCLUIR EM 2 DIAS COM 10 HORAS POR DIA SEJA ? X O NÚMERO DE PINTORES NECESSÁRIOS. A NOVA QUANTIDADE DE HORAS DISPONÍVEIS É: ? PINTORES × 10 HORAS/DIA × 2 DIAS = 20 ? HORAS X PINTORES×10 HORAS/DIA×2 DIAS=20X HORAS QUEREMOS QUE ISSO SEJA IGUAL ÀS 192 HORAS NECESSÁRIAS: 20 ? = 192 ? ? = 192 20 = 9 , 6 20X=192?X= 20 192 ? =9,6 ETAPA 3: INTERPRETAR O RESULTADO COMO NÃO É POSSÍVEL CONTRATAR 0,6 DE UM PINTOR, É NECESSÁRIO ARREDONDAR PARA CIMA: ? = 10 PINTORES X=10 PINTORES ? MAS CUIDADO: AS ALTERNATIVAS DA QUESTÃO NÃO INCLUEM "10 PINTORES". ISSO INDICA QUE HOUE UM ERRO NA LEITURA DAS ALTERNATIVAS OU NA TRANSCRIÇÃO DA PERGUNTA. AS ALTERNATIVAS APRESENTADAS FORAM: (A) 4 PINTORES (B) 2 PINTORES (C) 5 PINTORES (D) 3 PINTORES NENHUMA ESTÁ CORRETA CONFORME O CÁLCULO. O CORRETO SERIA: 10 PINTORES.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Contador - questão 35</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o</p>

serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?

- (A) 4 pintores.
- (B) 2 pintores.
- (C) 5 pintores.
- (D) 3 pintores.

Recurso:

À BANCA EXAMINADORA, VENHO, RESPEITOSAMENTE, POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A REVISÃO DO GABARITO DA QUESTÃO REFERENTE AO NÚMERO DE PINTORES NECESSÁRIOS PARA CONCLUIR UM SERVIÇO DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO, CONFORME ENUNCIADO: QUESTÃO 35 - UMA EQUIPE DE 4 PINTORES FOI CONTRATADA PARA PINTAR AS PAREDES INTERNAS DE UM GALPÃO INDUSTRIAL E, TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA, ELES CONSEGUEM CONCLUIR O SERVIÇO EM 8 DIAS. PORÉM, DEVIDO À URGÊNCIA, O DONO DO GALPÃO AUMENTOU A CARGA HORÁRIA PARA 10 HORAS POR DIA E QUER QUE O SERVIÇO SEJA FEITO EM 2 DIAS. QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO? (A) 4 PINTORES. (B) 2 PINTORES. (C) 5 PINTORES. (D) 3 PINTORES. O GABARITO PRELIMINAR INDICA COMO CORRETA A ALTERNATIVA (B) 2 PINTORES, PORÉM, VERIFICA-SE INCONSISTÊNCIA COM OS DADOS FORNECIDOS. ANÁLISE MATEMÁTICA: 1. O VOLUME TOTAL DE TRABALHO, EM HORAS/PINTOR, É CALCULADO COMO: 4 PINTORES X 6 HORAS/DIA X 8 DIAS = 192 HORAS/PINTOR 2. PARA CUMPRIR O SERVIÇO NO NOVO PRAZO DE 2 DIAS, COM CARGA HORÁRIA DE 10 HORAS POR DIA, O NÚMERO NECESSÁRIO DE PINTORES X DEVE SATISFAZER: X X 10 HORAS/DIA X 2 DIAS = 192 $20X = 192$? $X = 9,6$? 10 PINTORES 3. COMO JÁ EXISTEM 4 PINTORES, O NÚMERO DE PINTORES A CONTRATAR SERÁ: $10 ? 4 = 6$ PINTORES CONCLUSÃO: ? O NÚMERO CORRETO DE PINTORES PARA ATENDER AO NOVO PRAZO É APROXIMADAMENTE 10 NO TOTAL, OU SEJA, 6 PINTORES A MAIS ALÉM DOS ATUAIS 4. ? A ALTERNATIVA (B) QUE INDICA 2 PINTORES ESTÁ INCORRETA E NÃO CONDIZ COM O CÁLCULO MATEMÁTICO CORRETO. DIANTE DISSO, SOLICITA-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO POR CONTER ALTERNATIVAS INCOMPATÍVEIS COM A RESOLUÇÃO CORRETA. ATENCIOSAMENTE, MÔNICA MARCANTE

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca,
RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).

**Contador - questão
35**

Questão:

Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?

- (A) 4 pintores.

- (B) 2 pintores.
- (C) 5 pintores.
- (D) 3 pintores.

Recurso:

SE UTILIZANDO DA SEGUINTE FÓRMULA PARA A REGRA DE TRÊS COMPOSTA: $[P1 * H1 * D1 = P2 * H2 * D2]$ ONDE: $[P1]$ = NÚMERO DE PINTORES INICIAL = 4 $[H1]$ = HORAS POR DIA INICIAIS = 6 $[D1]$ = NÚMERO DE DIAS INICIAIS = 8 $[P2]$ = NÚMERO DE PINTORES FINAL (O QUE QUEREMOS DESCOBRIR) $[H2]$ = HORAS POR DIA FINAIS = 10 $[D2]$ = NÚMERO DE DIAS FINAIS = 2 SUBSTITUINDO OS VALORES: $[4 * 6 * 8 = P2 * 10 * 2]$ $[192 = 20 * P2]$ $[P2 = \frac{192}{20}]$ $[P2 = 9.6]$ COMO NÃO PODEMOS TER UM NÚMERO FRACIONÁRIO DE PINTORES, PRECISAMOS ARREDONDAR PARA O NÚMERO INTEIRO MAIS PRÓXIMO. NO ENTANTO, ARREDONDAR PARA BAIXO (9) NÃO SERIA SUFICIENTE PARA COMPLETAR O TRABALHO NO PRAZO, ENTÃO ARREDONDAMOS PARA CIMA (10). O PROBLEMA PERGUNTA QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR, E NÃO O NÚMERO TOTAL DE PINTORES NECESSÁRIOS. O NÚMERO TOTAL DE PINTORES NECESSÁRIOS É 10. COMO JÁ TEM 4, ELE PRECISA CONTRATAR 6 PINTORES. [ANALISANDO AS ALTERNATIVAS TEMOS: (A) 4 PINTORES. (B) 2 PINTORES. (C) 5 PINTORES. (D) 3 PINTORES. NENHUMA DAS OPÇÕES DE RESPOSTA (A, B, C, D) INCLUI A RESPOSTA CORRETA (6 PINTORES). SENDO ASSIM, SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO, POIS NENHUMA DAS ALTERNATIVAS APRESENTADAS CORRESPONDE À SOLUÇÃO CORRETA DO PROBLEMA. A SOLUÇÃO CORRETA, CONFORME DEMONSTRADO, É QUE O DONO DO GALPÃO DEVERÁ CONTRATAR 6 PINTORES PARA CONCLUIR O SERVIÇO NO PRAZO DESEJADO. AS OPÇÕES FORNECIDAS NÃO INCLUEM ESSA RESPOSTA, TORNANDO A QUESTÃO INVÁLIDA.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca,
RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).

**- Contador -
questão 35**

Questão:

Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado?

- (A) 4 pintores.
- (B) 2 pintores.
- (C) 5 pintores.
- (D) 3 pintores.

Recurso:

RECURSO À QUESTÃO 35 DA PROVA PARA O CARGO DE CONTADOR ? ANULAÇÃO DE QUESTÃO SEM ALTERNATIVA CORRETA 1. DA QUESTÃO: QUESTÃO 35 UMA EQUIPE DE 4 PINTORES FOI CONTRATADA PARA PINTAR AS PAREDES INTERNAS DE UM GALPÃO INDUSTRIAL E, TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA, ELAS CONSEGUEM CONCLUIR O SERVIÇO EM 8 DIAS. PORÉM, DEVIDO À URGÊNCIA, O DONO DO GALPÃO

AUMENTOU A CARGA HORÁRIA PARA 10 HORAS POR DIA E QUER QUE O SERVIÇO SEJA FEITO EM 2 DIAS. QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO? (A) 4 PINTORES. (B) 2 PINTORES. (C) 5 PINTORES. (D) 3 PINTORES. 2. DA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO: A QUESTÃO TRATA DE UMA REGRA DE 3 COMPOSTA, QUE É QUANDO SE COMPARA MAIS DE DUAS GRANDEZAS. PARA RESOLVÊ-LA, É NECESSÁRIO DETERMINAR QUAIS GRANDEZAS SÃO DIRETA OU INVERSAMENTE PROPORCIONAIS. DETERMINA-SE SE AS GRANDEZAS SÃO DIRETA OU INVERSAMENTE PROPORCIONAIS COMPARANDO A GRANDEZA QUE SE QUER DESCOBRIR COM AS OUTRAS GRANDEZAS APRESENTADAS PELA QUESTÃO. DIANTE DOS DADOS APRESENTADOS NA QUESTÃO, OBSERVA-SE QUE A GRANDEZA QUE SE QUER DETERMINAR É A QUANTIDADE DE PINTORES. COMPARANDO PINTORES COM HORAS, QUANTO MAIS HORAS CADA PINTOR TRABALHAR, ENTÃO MENOS PINTORES SERÃO NECESSÁRIOS PARA O TRABALHO, ENTÃO ESSAS GRANDEZAS SÃO INVERSAMENTE PROPORCIONAIS. COMPARANDO PINTORES COM DIAS, QUANTO MAIS PINTORES, MENOS DIAS DE TRABALHO SERÃO NECESSÁRIOS, LOGO ESSAS GRANDEZAS TAMBÉM SÃO INVERSAMENTE PROPORCIONAIS. ORGANIZANDO E CALCULANDO: PINTORES HORAS DIAS 4 6 8 X 10 2 $4/X=10/6 \cdot 2/8$ $4/X=20/48$; FAZENDO ?MEIOS POR EXTREMOS? $20X=192$ $X=192/20=9,6$; ARREDONDANDO, X=10 PINTORES. 3. DO RECURSO: A QUESTÃO PERGUNTA QUANTOS PINTORES O DONO DO GALPÃO DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO E A BANCA APONTA COMO GABARITO A ALTERNATIVA ?B?, 2 PINTORES. NO ENTANTO, DIANTE DA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO ACIMA APRESENTADA, OBSERVA-SE QUE NÃO HÁ ALTERNATIVA CORRETA PARA ASSINALAR, MESMO SE SE TRATASSE DE QUANTOS PINTORES A MAIS O DONO DO GALPÃO DEVERIA CONTRATAR, PEDIDO ESSE QUE A QUESTÃO NÃO FAZ, AINDA ASSIM NÃO HAVERIA ALTERNATIVA CORRETA PARA ASSINALAR. LOGO, PEDE-SE DEFERIMENTO PARA A ANULAÇÃO DA QUESTÃO POR FALTA DE GABARITO! 4. DO FUNDAMENTO: RESSALTA-SE QUE O PRESENTE RECURSO ESTÁ FUNDAMENTADO NA OBRA ?RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO PARA CONCURSOS? DO AUTOR DANIEL LUSTOSA, PUBLICADO NO ANO DE 2023 PELA EDITORA MÉTODO. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA PARA CONSULTA: LUSTOSA, DANIEL. SÉRIE PROVAS CONCURSOS-RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO PARA CONCURSOS PÚBLICOS - 1ª EDIÇÃO 2023. RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2023. E-BOOK. P. CAPA. ISBN 9786559646715. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://APP.MINHABIBLIOTECA.COM.BR/READER/BOOKS/9786559646715/](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646715/) . ACESSO EM: 20 MAI. 2025.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca,
RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).

**Contador - questão
35**

Questão:

Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no

	<p>prazo desejado? (A) 4 pintores. (B) 2 pintores. (C) 5 pintores. (D) 3 pintores.</p> <p>Recurso: QUESTÃO NUMERO 35 DA PROVA DE CONTADOR A QUESTÃO ENVOLVE UMA REGRA DE TRÊS COMPOSTA. TEMOS AS SEGUINTE GRANDEZAS: NÚMERO DE PINTORES, HORAS TRABALHADAS POR DIA E NÚMERO DE DIAS PARA CONCLUIR O SERVIÇO. INICIALMENTE, TEMOS: * 4 PINTORES * 6 HORAS/DIA * 8 DIAS O OBJETIVO É DESCOBRIR QUANTOS PINTORES SÃO NECESSÁRIOS PARA: * 10 HORAS/DIA * 2 DIAS PODEMOS MONTAR A SEGUINTE EQUAÇÃO: (4 PINTORES * 6 HORAS/DIA * 8 DIAS) = (X PINTORES * 10 HORAS/DIA * 2 DIAS) 1. CALCULAR O TRABALHO TOTAL INICIAL: 4 * 6 * 8 = 192 2. CALCULAR O TRABALHO TOTAL DESEJADO: X * 10 * 2 = 20X 3. IGUALAR OS TRABALHOS TOTAIS: 192 = 20X 4. RESOLVER PARA X: X = 192 / 20 X = 9,6 COMO NÃO PODEMOS TER UMA FRAÇÃO DE UM PINTOR, ARREDONDAMOS PARA CIMA, RESULTANDO EM 10 PINTORES. COMO JÁ TEMOS 4 PINTORES, O NÚMERO DE PINTORES ADICIONAIS A SEREM CONTRATADOS É: 10 - 4 = 6 PORTANTO, O DONO DO GALPÃO DEVERÁ CONTRATAR MAIS 6 PINTORES PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Contador - questão 35</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 4 pintores. (B) 2 pintores. (C) 5 pintores. (D) 3 pintores.</p> <p>Recurso: ESSA É UMA QUESTÃO DE REGRA DE TRÊS COMPOSTA, ENVOLVENDO AS GRANDEZAS: NÚMERO DE PINTORES, HORAS POR DIA E DIAS PARA CONCLUIR O SERVIÇO. VAMOS ORGANIZAR OS DADOS: PINTORES HORAS/DIA DIAS 4 6 8 X 10 2 AGORA, VAMOS ANALISAR A RELAÇÃO ENTRE A GRANDEZA "PINTORES" E AS OUTRAS GRANDEZAS: 1. PINTORES E HORAS/DIA: O SE AUMENTAMOS AS HORAS POR DIA DE TRABALHO, PRECISAMOS DE MENOS PINTORES PARA O MESMO SERVIÇO (RELAÇÃO INVERSA). O SETAS: PINTORES (PARA BAIXO, POIS X É O QUE QUEREMOS DESCOBRIR), HORAS/DIA (PARA CIMA, POIS AUMENTOU). 2. PINTORES E DIAS: O SE QUEREMOS QUE O SERVIÇO SEJA FEITO EM MENOS DIAS, PRECISAMOS DE MAIS PINTORES</p>

(RELAÇÃO INVERSA). O SETAS: PINTORES (PARA BAIXO), DIAS (PARA CIMA, POIS DIMINUIU O NÚMERO DE DIAS, MAS A SETA INDICA QUE PRECISARÍAMOS DE MAIS PINTORES). MONTANDO A PROPORÇÃO: $X4=610 \times 82$ AGORA, VAMOS SIMPLIFICAR E RESOLVER: $X4=4820$ PODEMOS SIMPLIFICAR A FRAÇÃO 4820 DIVIDINDO AMBOS POR 4: $48 \div 420 \div 4=125$ ENTÃO: $X4=125$ MULTIPLICANDO CRUZADO: $5X=4 \times 12$ $5X=48$ $X=548$ $X=9.6$ O RESULTADO DE 9.6 PINTORES SIGNIFICA QUE SERIAM NECESSÁRIOS 9.6 "UNIDADES DE TRABALHO DE PINTOR". COMO NÃO SE PODE CONTRATAR UMA FRAÇÃO DE PINTOR, É PRECISO ARREDONDAR PARA CIMA PARA GARANTIR QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO. SERIAM NECESSÁRIOS 10 PINTORES NO TOTAL. A EQUIPE ORIGINAL JÁ TEM 4 PINTORES. PINTORES A CONTRATAR = TOTAL DE PINTORES NECESSÁRIOS - PINTORES ATUAIS PINTORES A CONTRATAR = $10 - 4 = 6$ PINTORES. NO ENTANTO, AS OPÇÕES DE RESPOSTA SÃO 4, 2, 5, 3. ISSO SUGERE QUE A PERGUNTA PODE ESTAR PEDINDO O TOTAL DE PINTORES NECESSÁRIOS, OU HÁ UM ERRO NAS OPÇÕES/ENUNCIADO SE A INTENÇÃO É "QUANTOS MAIS PINTORES". VAMOS RELER A PERGUNTA: "QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO?" SE A PERGUNTA É "QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR", E A RESPOSTA DA NOSSA CONTA É 9.6 PINTORES NO TOTAL (ARREDONDANDO PARA 10), ENTÃO ELE DEVERÁ CONTRATAR $10 - 4 = 6$ PINTORES ADICIONAIS. COMO 6 NÃO É UMA OPÇÃO, VAMOS VERIFICAR SE HÁ ALGUMA OUTRA INTERPRETAÇÃO OU ARREDONDAMENTO.

VAMOS VERIFICAR OS CÁLCULOS NOVAMENTE. $X4=610 \times 82$ $X4=4820$ $4 \times 48=20X$ $192=20X$ $X=20192$ $X=1096$ $X=9.6$ ARREDONDANDO PARA CIMA, 10 PINTORES SERÃO NECESSÁRIOS PARA CONCLUIR O SERVIÇO NO PRAZO. A EQUIPE ATUAL POSSUI 4 PINTORES. PINTORES A CONTRATAR = $10 - 4 = 6$ PINTORES. CONSIDERANDO QUE 6 NÃO É UMA OPÇÃO, VAMOS REAVALIAR SE A QUESTÃO PODERIA ESTAR PEDINDO O NÚMERO TOTAL DE PINTORES E SE ALGUMA OPÇÃO CORRESPONDE A UM ARREDONDAMENTO DIFERENTE OU SE EU COMETI ALGUM ERRO DE INTERPRETAÇÃO. SE AS OPÇÕES SÃO O NÚMERO TOTAL DE PINTORES: (A) 4 PINTORES (JÁ TEM 4) (B) 2 PINTORES (IMPOSSÍVEL, PRECISA DE MAIS) (C) 5 PINTORES (MENOS DO QUE 9.6) (D) 3 PINTORES (IMPOSSÍVEL) VAMOS REAVALIAR O PROBLEMA EM TERMOS DE "HORAS-HOMEM" OU "UNIDADES DE TRABALHO": CENÁRIO 1 (ORIGINAL): $4 \text{ PINTORES} \times 6 \text{ HORAS/DIA} \times 8 \text{ DIAS} = 192 \text{ HORAS-PINTOR (UNIDADES DE TRABALHO TOTAL)}$

CENÁRIO 2 (DESEJADO): $X \text{ PINTORES} \times 10 \text{ HORAS/DIA} \times 2 \text{ DIAS} = 20X \text{ HORAS-PINTOR}$ PARA O SERVIÇO SER O MESMO, O TOTAL DE HORAS-PINTOR DEVE SER IGUAL: $192=20X$ $X=20192$ $X=9.6$ COMO VOCÊ NÃO PODE TER 0.6 DE UM PINTOR, VOCÊ PRECISA DE 10 PINTORES PARA GARANTIR A CONCLUSÃO DO TRABALHO. SE A EQUIPE ORIGINAL TEM 4 PINTORES, E O TOTAL NECESSÁRIO É 10, ENTÃO ELE DEVE CONTRATAR $10-4=6$ PINTORES. SE EU TIVESSE QUE ESCOLHER UMA DAS OPÇÕES E HOUVESSE UM ERRO EM ALGUMA PARTE, EU NÃO CONSEGUIRIA JUSTIFICAR LOGICAMENTE NENHUMA DELAS COM BASE NOS MEUS CÁLCULOS. A MAIS PRÓXIMA EM VALOR ABSOLUTO DE 9.6 SERIA 5, MAS ISSO SIGNIFICARIA QUE ELE NÃO TERIA PINTORES SUFICIENTES. ASSIM, NÃO HÁ ALTERNATIVA CORRETA CORRESPONDENTE À QUESTÃO. PORÉM, SE ANALISARMOS A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA, QUE A MESMA, NÃO FOI BEM ESTRUTURADA E QUER ?CONTRATAR MAIS PINTORES, ALÉM DOS 4 JÁ CONTRATADOS, PARA CONCLUIR O SERVIÇO NO PRAZO DESEJADO?, O DONO DO GALPÃO DEVERÁ CONTRATAR 5 PINTORES, ASSIM A ALTERNATIVA CORRETA PARA A QUESTÃO SERIA A LETRA C.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca

	<p>conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA).</p>
<p>Contador - questão 35</p>	<p>Questão: Uma equipe de 4 pintores foi contratada para pintar as paredes internas de um galpão industrial e, trabalhando 6 horas por dia, eles conseguem concluir o serviço em 8 dias. Porém, devido à urgência, o dono do galpão aumentou a carga horária para 10 horas por dia e quer que o serviço seja feito em 2 dias. Quantos pintores ele deverá contratar para que o serviço seja concluído no prazo desejado? (A) 4 pintores. (B) 2 pintores. (C) 5 pintores. (D) 3 pintores.</p> <p>Recurso: SOLICITO A ALTERAÇÃO DE GABARITO DA QUESTÃO 12, PARA A ALTERNATIVA C. C) 5 PINTORES. A QUESTÃO PEDE: ?UMA EQUIPE DE 4 PINTORES FOI CONTRATADA PARA PINTAR AS PAREDES INTERNAS DE UM GALPÃO INDUSTRIAL E, TRABALHANDO 6 HORAS POR DIA, ELES CONSEGUEM CONCLUIR O SERVIÇO EM 8 DIAS. PORÉM, DEVIDO À URGÊNCIA, O DONO DO GALPÃO AUMENTOU A CARGA HORÁRIA PARA 10 HORAS POR DIA E QUER QUE O SERVIÇO SEJA FEITO EM 2 DIAS. QUANTOS PINTORES ELE DEVERÁ CONTRATAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA CONCLUÍDO NO PRAZO DESEJADO?? DIANTE DISSO, VAMOS AO CÁLCULO: 4 PINTORES X 8 DIAS X 6 HORAS POR DIA = EXERCEM UM TOTAL DE 192 HORAS DE SERVIÇO. URGÊNCIA: X PINTORES X 2 DIAS X 10 HORAS POR DIA = 192 HORAS DE SERVIÇO. $192 / 10 = 19,20$ $19,20 / 2 = 9,61$ ENTÃO TEMOS QUE É NECESSÁRIO 9,61 PINTORES PARA EXECUTAR 192 HORAS DE SERVIÇO, AO REALIZAREM 10 HORAS POR DIA CADA, DURANTE 2 DIAS. DESCONTANDO OS 9,61 DOS 4 INICIAIS, É NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE 5,61 PINTORES. VISTO QUE PESSOA É UM NÚMERO INTEIRO, PRECISAMOS DA CONTRATAÇÃO DE 5 PINTORES. ALTERNATIVA C.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A fundamentação do requerente evidencia a inconsistência apresentada na questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO (QUESTÃO ANULADA)</p>